

Destaque



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano III n. 26 setembro 2004

Justiça Federal colabora com Projeto Soldado Cidadão



RÁDIO DESTAQUE



**O seu canal de música,
cultura e informação!**

Acesse a página da Assessoria de Comunicação na Intranet

Em breve, também, na Internet

Primeira Região e cidadania

O Judiciário Federal participa de mais um programa de cidadania, o projeto Soldado Cidadão, do Governo Federal, criado em 2003, que conta, desde o mês de setembro, com aproximadamente 40 magistrados da Primeira Região.

Com o objetivo de promover a formação cívica e profissional de jovens que estejam em cumprimento do serviço militar, o projeto está vinculado ao programa Primeiro Emprego e beneficia cerca de 28 mil soldados brasileiros.

Por falar em cidadania, o Tribunal busca cada vez mais instrumentos para agilizar o julgamento de processos e garantir de maneira rápida o direito do cidadão. Aparelhar os Juizados Federais tem sido visto pelo Judiciário como um meio de facilitar essa conquista. Em funcionamento há pouco mais de um ano, os JEFs virtuais foram ampliados com novas instalações nos meses de agosto e setembro: em Roraima, Acre e Piauí, prometendo agilizar procedimentos.

Importa ressaltar também a consolidação da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais dos JEFs, ocorrida, em setembro, com a primeira distribuição de incidentes, também um caminho para promoção de cidadania de maneira mais rápida. Confira nesta edição!

As Editoras
destaque@trf1.gov.br

22



Tribunal e Banco do Brasil celebram convênio de cooperação

5



Toma posse a nova diretoria da Esmaf

9



Congresso baiano discute direito ambiental

11



Tribunal ganha serviço externo de rondas para garantir segurança de servidores

PRESIDENTE

Aloísio Palmeira Lima

VICE-PRESIDENTE

Mário César Ribeiro

CORREGEDOR-GERAL

Assusete Magalhães

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Tourinho Neto

Catão Alves

Jirair Aram Meguerian

Carlos Fernando Mathias

Olindo Menezes

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

Ítalo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti

Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

Lcomar Barros Amorim de Sousa

DIRETOR-GERAL

Rubens Murga

SECRETÁRIO-GERAL

Paulo Cardoso de Oliveira

ASSESSORA DE

COMUNICAÇÃO

Etiene Gomes de Carvalho

(4165/014/003/DF)

EDITORES

Etiene Gomes e Lucimar de Melo

REDATORES

Etiene Gomes, Ivani Morais,

Juliana Freire, Lucimar de Melo,

Marcela Correia, Márcia Barroso,

Marília Maciel e Samantha Salomão

ESTAGIÁRIOS REDATORES

Bárbara Nogucira, Camila Santana,

José Alexandre de Souza, Juliana

Corrêa e Raquel Meleiro

REVISÃO GERAL

Márcia Murça Barroso

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO

GRÁFICO

Jordânia J. Alves

FOTOS

Luiz Carlos Xavier, Carlos Rodrigues,

Magnaldo Timo, Luiz Augusto Cals,

Saulo Cruz, Vandency Machado, Bruno

Almeida e Whashington Cardoso

ILUSTRAÇÃO

Saulo Cruz

PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social –

Ascom

DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

FOTOLITOS

Color Press Bureau

IMPRESSÃO

Gráfica do TRF-1ª Região

TIRAGEM

2.500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social

Praça dos Tribunais Superiores -

SAS - Quadra 02 - Bloco A -

Edifício-Sede - sala 03.

CEP: 70095-900

Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br/

destaque@trf1.gov.br/

radio@trf1.gov.br/

tv@trf1.gov.br

PCTT 066.02.002-C



Notas

Desembargador Federal recebe título de cidadão honorário



A Câmara Legislativa do DF concedeu, no dia 17 de setembro, ao Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, o título de Cidadão Honorário de Brasília.

A abertura da solenidade ficou por conta do Coral do TRF, que entoou, entre outras músicas, o Hino Nacional.

Emocionado com o título, o magistrado fez questão de dividir com seus familiares a homenagem que recebeu. “Recebo esta homenagem como tributo aos meus honrosos pais e irmãos, uma vez que sempre participaram comigo dos momentos mais importantes da minha vida”.

A solenidade aconteceu no Centrejufe e reuniu diversas autoridades; entre elas, o Presidente do Tribunal Aloísio Palmeira; o Ministro Castro Meira, do Superior Tribunal de Justiça; o Deputado Gim Argelo; o Diretor da Embrapa, Sebastião Barbosa; o Professor Jorge Ponciano Ribeiro; Genésio Tolentino, representando o Deputado Tadeu Filipeli; além de desembargadores e juízes federais e familiares.

JEF em Presidente Dutra/MA

No interior do Maranhão, a Justiça Federal está realizando os Juizados Especiais Federais itinerantes. Localizado a cerca de 340 km de São Luís, Presidente Dutra é o segundo município do estado a receber os juizados itinerantes da 1ª Região. Durante dezoito dias, a expectativa é a de que sejam realizadas mais de 1700 audiências.

Os trabalhos são conduzidos por quatro juízes federais e oito servidores da seccional maranhense. Cada magistrado chega a realizar, em média, trinta audiências por dia. Esforço concentrado que garantiu a aposentadoria a trabalhadores rurais como Maria José Cavalcante, de 56 anos, e Francisca Rosa de Alencar, de 64.

No mês de abril, elas foram atendidas pelo mesmo juizado itinerante e, hoje, comemoram o resultado.

Até o último dia de atendimento, os Juizados itinerantes serão esperança de justiça para a grande maioria dessas pessoas. Elas aguardam o momento em que estarão frente a frente com o juiz e acreditam que passar por aquela porta é a garantia de uma vida mais digna.



Representantes de cerimonial visitam TRF



Representantes do cerimonial de diversos órgãos do Poder Judiciário estiveram na cidade, entre os dias 25 e 27 de agosto, participando do curso de cerimonial realizado no Hotel Sain't Paul. O evento contou com a participação da chefe da Assessoria de Representação Social do TRF-1ª Região, Andrea Ghisi, que ministrou palestra sobre a portaria que regulamenta o cerimonial no TRF. No dia 27, um grupo de participantes do curso esteve no Tribunal para conhecer suas instalações e, na oportunidade, visitou o estúdio de rádio e TV (foto). Na ocasião assistiram a um vídeo que mostrou o trabalho do cerimonial do TRF durante uma solenidade realizada na Casa.

Estagiários ganham aumento na bolsa-estágio

Em abril deste ano, o Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira, havia determinado à Diretoria-Geral a realização de estudo de viabilidade de reajuste na bolsa-estágio.

No dia 19 de agosto foi anunciada, na sessão do Conselho de Administração, a decisão de que a bolsa-estágio para estudante de nível superior passaria de R\$300 para R\$360; e a de nível médio, de R\$200 para R\$260.

A aprovação, que foi por maioria, acarreta alteração na resolução 630 e na IN-13-01 que tratam do programa de estágio.

Para a estagiária Ana Carolina Araújo, da Asrep, o aumento faz os estagiários sentirem-se mais valorizados e ter mais prazer em realizar os trabalhos. “Achei muito gratificante, apesar de que faço estágio há três anos aqui no Tribunal, e, antes, o salário era o dobro do salário-mínimo. Já ganhei até 480 reais, logo depois caiu para R\$300. Isso desestimulou muitos estagiários. Porém, pelo aprendizado, eu permaneci”.

O reajuste da bolsa-estágio e do auxílio pré-escolar anunciado em abril deste ano reitera a política de valorização de pessoal da atual gestão.



*Os Desembargadores Federais Carlos Fernando Mathias e Luciano Tolentino Amaral (centro)
O evento, ocasião em que o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian (à dir.)
encerrou seu mandato como diretor da Esmaf, contou com a presença de diversas autoridades*

Posse da diretoria da Esmaf

No dia 1º de setembro, uma grande solenidade marcou a posse dos Desembargadores Federais Carlos Fernando Mathias e Luciano Tolentino Amaral, no cargo de diretor e vice-diretor, respectivamente, da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, para o biênio 2004/2006.

O evento teve início às 16h, na sala de sessões plenárias e contou com a presença de diversas autoridades; entre elas, ministros do STJ, TSE, TCU, STM, TST, embaixadores da Áustria, Camarões, Guatemala, Honduras, Israel, Malta, Panamá, Peru e Tunísia, o Núncio Apostólico Dom Lorenzo e reitores de universidades.

A solenidade refletiu a importância que a Corte atribui à Esmaf e a responsabilidade que deposita nos ombros, mais precisamente na inteligência e na mente, dos seus novos dirigentes, eleitos para um mandato de dois anos.

Tendo exercido a função de diretor da Esmaf de 2002 a 2004, o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, encerrou o mandato lembrando as atividades desenvolvidas pela Escola e a instalação da nova sede. Falou do seu último ato: “submeti ao Presidente uma proposta, que ainda deve ser apreciada pelo Tribunal, para que o nome da Esmaf

passasse a ser Escola de Magistratura Federal da 1ª Região Desembargador Federal Hermenito Dourado”. E ainda deu as boas-vindas aos novos dirigentes: “Alegro-me em constatar que ambos os novos dirigentes são meus amigos e possuem mérito suficiente para exercerem o cargo”.

O novo diretor da Esmaf, Desembargador Federal Carlos

Fernando Mathias, elogiou seu antecessor, Jirair Aram Meguerian, e expressou o orgulho por tomar posse no cargo: “Para mim, é um presente”. O novo diretor pretende implementar o projeto de mestrado a distância; para isso, espera contar com o auxílio do vice-diretor, Luciano Amaral, para o desempenho das atividades da Esmaf. “Acredito que esse projeto de mestrado a

distância possibilitará muitos avanços positivos na área jurídica”.

Compuseram a mesa, além dos empossados e do Presidente do Tribunal, a Procuradora Regional da União, Hélia Bettero; o Procurador-Geral Miguel Farage, representando o Governador do DF; o Procurador José Adonis, representando a Procuradoria Regional da República da 1ª Região e o Núncio Apostólico Dom Lourenzo.



Esmaf ganha nova direção

Por Juliana Freire

O Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias tomou posse no TRF da 1ª Região em 1995, pelo quinto constitucional. Possui graduação em Ciências Sociais, em Direito e em Relações Internacionais. Realizou estudo em nível de doutorado em Direito Público na Universidade Federal do Rio de Janeiro e de Especialização em Direito Autoral na Universidade Federal de Goiás. Advogou no Rio de Janeiro e, em Brasília, foi conselheiro da OAB/DF. Foi procurador do DF e juiz do TRE/DF. Foi chefe do departamento de Direito (correspondente ao atual cargo de diretor da Faculdade de Direito) da Universidade de Brasília, onde é professor titular, titulação de nível pós-doutoral. O Desembargador, que acaba de assumir a direção da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região, fala sobre os projetos de trabalho e faz uma avaliação dos atuais cursos de Direito do país.

Carlos Fernando Mathias, Diretor da Esmaf

Uma das atribuições da Esmaf é promover atividades culturais que visem incentivar o estudo do Direito e o aprimoramento da função judicante, desenvolvida no Brasil ou no exterior. Um dos projetos que o senhor pretende desenvolver é o Mestrado a Distância. Como o senhor pretende implantá-lo?

Via informática. O mestrado a distância, ou qualquer ensino a distância, só se difere do ensino dito presencial na metodologia pelo fato de a sala de aula do ensino a distância estar espalhada por esse mundo afora. O que eu penso é que, uma vez implantado, porque nós temos o projeto pronto, não terei dificuldade em utilizá-lo. Para que essa titulação venha a ter validade e não encontre dificuldade, nós temos que convencer também na área educacional. Talvez nós tenhamos que envolver uma agência, uma universidade para assumir esse projeto. No mais, ele é como os outros cursos a distância, que, por exemplo, têm que ter, sobretudo, a figura do orientador. Haverá momentos presenciais como a defesa de dissertação. Isso até é bastante salutar. Todas as grandes experiências de ensino a distância prevêem esses momentos ditos presenciais. O Brasil ainda não tem uma grande experiência em ensino a distância em nível de pós-graduação estrito-sensu. Em nível

lato-sensu há várias. Na pós-graduação, em termos de acesso ao público, este é quase que ilimitado, mas não se esqueça do problema da orientação. O orientador nunca pode ter muitos orientandos; ele normalmente é uma pessoa muito ocupada nas suas atividades de rotina e há orientações que dão muito trabalho. Dá trabalho porque a orientação exige acompanhamento, você tem que ler passo a passo, sugerindo, discutindo e formulando reflexões, para que o mestrando cresça. Eu não vejo uma grande dificuldade. Para implantar este tipo de mestrado podemos enfrentar dificuldades nos trâmites burocráticos acadêmicos, vencer alguns preconceitos. Isso é possível que ocorra. Mas teremos que ir para frente com obstinação para mudar.

Além do Mestrado a distância, quais são os outros planos que o senhor pretende implantar nos próximos dois anos à frente da Diretoria da Esmaf?

Pretendo dar continuidade a projetos tradicionais, como encontros e seminários. Quer dizer, a escola estará agindo como uma grande central de organização de seminários, completamente afinada, conectada com as Seções Judiciárias, inclusive fazendo brotar dali a definição das prioridades, porque hoje não

há ninguém que não precise de se reciclar. Os magistrados não são diferentes, até porque a toda hora as coisas mudam e não só na legislação. Muitos magistrados que estão aqui desde a fundação do Tribunal, por exemplo, não contaram de início com informática a sua disposição, com a Internet hoje, tão familiarizada. Hoje, todo mundo chega e a primeira coisa que faz é abrir seus e-mails, consultar a jurisprudência. Há cinco anos não havia isso. Ademais, quem é o analfabeto do século XXI? É o que não sabe mexer com informática e quem não sabe se comunicar em inglês. Já que estamos falando de língua, eu penso em propor um curso de latim instrumental, porque os jovens colegas talentosos, esse grande quadro que constitui o corpo de magistrados da 1ª Região, de valorosos colegas, os mais jovens, em particular, a esmagadora maioria não estudaram o latim. O jurista, assim como o médico, não precisa falar grego, mas fala em grego; ele não precisa falar latim, mas tem que falar em latim. Eu penso que um latim instrumental seria um elemento importante. Uma vez eu coordenei cursos de pós-graduação para juízes do Distrito Federal e coloquei uma disciplina dessa, latim instrumental, e funcionou bem. Temos que oferecer outras línguas jurídicas como o alemão, o italiano, o inglês, o francês e o es-

panhol. Todos serão consultados. Nós temos que fazer um planejamento em função das necessidades e das aspirações, inclusive o Diretor tem que se reciclar. Ninguém está aqui só para ensinar; todos estamos para aprender.

Qual requisito o senhor considera mais importante para o exercício da função de diretor de uma escola para magistrados?

Ser membro do Tribunal. Se o diretor tem uma experiência de magistério, isso vai ajudar e, felizmente, nós temos muitos magistrados que também são integrantes do magistério.

E no caso do senhor, como sua experiência como educador irá auxiliá-lo na função de diretor?

Eu, pela graça de Deus, nasci praticamente em uma sala de aula porque a minha mãe era uma professora primária que me ensinou muita coisa e até hoje, em outra dimensão, me ensina, pelo seu exemplo de vida, pela sua orientação. Então eu tenho um grande respeito e uma grande frustração, pois já dei aula em todos os níveis de ensino, mas nunca alfabetizei ninguém porque não sei alfabetizar. Tenho um grande respeito pelas alfabetizadoras. Por ter passado por esses colegiados e por presidir um Conselho de Educação, a Comissão de Ensino Jurídico da OAB (que a ambos presidi), integrado à Comissão do Conselho Federal da Ordem, de exame de ordem e tendo dirigido o curso de Direito da UnB, eu espero que todas essas experiências possam ajudar.

Investindo no aperfeiçoamento e treinamento dos magistrados, o senhor acha que é possível ter uma justiça mais célere e eficaz, amenizando assim o estigma de que se tem no Brasil uma justiça lenta?

Só com isso não. A justiça não é lenta porque o juiz não está preparado. Nós temos leis processuais, leis adjetivas, que emperram tudo. Temos uma quantidade de recursos que é um absurdo. Temos um processo de conhecimento e outro de execução, que é outro absurdo. Tem que haver tanta mudança de nível infraconstitucional, enfim, às vezes, o juiz quer ser mais rápido, mas ele não pode porque ele tem esses condicionamentos. Agora, claro que também existe a necessidade

de mudança de mentalidade. Um juiz formalista, por exemplo, pode mudar sua visão por meio de um curso. Mas no mais das vezes o juiz trabalha muito, e nem sempre a produção é desejável porque ele tem que enfrentar todos esses entraves que muitas vezes estão na lei.

Como o senhor vai conciliar suas funções de diretor da Esmaf com as atribuições de magistrado no TRF e na suplência do TRE?

Eu sempre trabalhei muito; então, graças a Deus, o trabalho não me assusta em nada. É trabalhar e se dedicar. O tempo é uma questão de preferências. Os chineses dizem “se você quiser dar uma missão a alguém, procura a pessoa mais ocupada”, porque a pessoa desocupada tem muito tempo e em geral não gosta muito de trabalhar. Se você pega uma pessoa que trabalha dez horas por dia, se você colocar mais uma hora, você aumenta 10% da sua jornada. Agora, se você pega uma pessoa que não faz nada e lhe dá uma hora a mais, você aumenta 100% a sua carga laboral.

Como o senhor avalia as faculdades, as universidades de Direito do Brasil?

É duro dizer, mas a minha impressão não é boa. Hoje, você tem cerca de 800 cursos de direito. Não temos um corpo de professores capaz de atender essa demanda. Onde é que estão os professores? Você não pode improvisar. “Precisa de um bom professor de Direito Civil”. Então, tem lá o juiz da Vara Civil. Esse homem por certo é um homem de valor, de mérito, passou por um concurso, tem lá a sua experiência, mas ele não é professor. Então ele não direcionou os seus estudos para a pesquisa, para a produção do conhecimento, para a reflexão. Na realidade não há uma grande quantidade de professores de Direito no Brasil. Por outro lado, os cursos de pós-graduação “estricto-sensu” do Brasil, os doutorados, são muito poucos e, destes, poucos têm a qualidade desejável. Evidentemente que não estou me referindo a USP, que, ao meu ver, é a melhor universidade do Brasil. Mas a PUC é também extraordinária.

O senhor acha que essa grande quantidade de faculdades, conseqüentemente, forma profissionais do Direito com má qualidade?

Se você fizer uma comida, se os ingredi-

entes não forem bons, se o fogão não for bom e se o cozinheiro não for bom, dificilmente a comida será boa.

O senhor possui uma vasta experiência internacional. O senhor pretende trazer alguma personalidade do exterior?

Anualmente eu trago muita gente para vários projetos. E valorizo, centavo por centavo, dos gastos, porque nós estamos em um país que tem carência de recursos. Certamente será necessário buscar outras agências, patrocinadores, co-patrocinadores que estejam voltados para o mister da Magistratura, daquilo que se exige de um magistrado, ou daquilo de que um magistrado necessita. Mas tenho otimismo. Claro que vamos fazer.

Em relação ao direito comparado, qual a sua avaliação sobre a importância de se trazer esse tema para ser abordado na Escola da Magistratura?

Com a globalização, o Direito Comparado é indispensável. Hoje existe uma realidade que é para além do Direito Comparado como o Direito de Integração, o Direito Comunitário, o Direito Transnacional. Qual é a moeda hoje na maioria dos países da Europa? O Euro. Onde estão o Franco, a Libra, a Peseta, o Escudo Português, o florim holandês, isso tudo acabou. Isso é uma coisa importante, e muitas dessas experiências poderão passar por aqui. coisa está passando aqui por nós. Agora mesmo acabou de ser criado um Tribunal de Recursos do Mercosul, então quer dizer que nós da justiça federal temos que nos preocupar com isso. Aliás, hoje há cerca de trinta tribunais internacionais por este mundo afora.

E a importância da educação?

Há tanta coisa que se pode fazer com a educação! E muito só com ela. Todo trabalho de reciclagem é sempre um trabalho de educação. Veja, a maioria dos nossos juízes já estudaram muito e bem. Mas suponhamos um juiz relativamente jovem que tenha sido o primeiro em Direito Administrativo, só que ele pode não ter estudado quase nada sobre as agências reguladoras e tem que decidir sobre elas. Por este simples exemplo, vemos o papel indispensável das escolas de magistratura. ■



Ouvidoria da Justiça Federal da 1ª Região: um serviço ligado ao cidadão



Novas ações

Mensalmente, a Ouvidoria faz cerca de 240 atendimentos, mas a intenção é aumentar esse número. Com o intuito de aproximar ainda mais os serviços da Ouvidoria da comunidade, várias ações estão sendo efetivadas pela Corregedoria-Geral. Neste mês, uma nova página entra na Internet, com informações sobre o serviço e formulários eletrônicos para facilitar o contato com os jurisdicionados. Basta preencher os campos de identificação do autor e o tipo de manifestação, descrever a situação e enviar.

Além disso, estão sendo disponibilizadas urnas nas Seções e Subseções Judiciárias da Justiça Federal da 1ª Região. As urnas estarão localizadas na entrada de cada um dos prédios das Seções e Subseções, ao alcance daqueles que buscam interagir com a Justiça Federal da Primeira Região.

Para informar a população sobre o serviço da Ouvidoria da Corregedoria-Geral da Primeira Região, foram elaboradas vinhetas para a Rádio e a TV Justiça, além de cartazes.

Entre você também em contato com a Ouvidoria e dê sua opinião.

Você sabia que a Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região oferece um serviço de Ouvidoria para atender à sociedade? A Ouvidoria foi instituída no Regimento Interno da Corregedoria, aprovado pela Resolução nº 2, de 10 de janeiro de 2002.

O objetivo do serviço, que é gratuito, é o de prestar informações, dirimir dúvidas dos jurisdicionados e receber e encaminhar informações, reclamações ou elogios sobre a atuação da Justiça Federal da 1ª Região. O atendimento é feito por telefone, e-mail, carta ou mesmo pessoalmente, de segunda a sexta-feira, das 12 às 18 horas, no primeiro andar do edifício-sede do TRF/1ª Região.

Segundo a responsável pela coordenação dos serviços de informações e esclarecimento aos jurisdicionados, Nalice Carvalho Branco, a maioria dos atendimentos acontece por telefone e e-mail, sendo que a procura é maior pelas partes envolvidas em processos contra a União. “Muitas vezes ocorrem dúvidas no relacionamento entre parte e advogado e o jurisdicionado busca uma orientação para solucionar o problema”, afirmou.

O procedimento de atendimento é simples: após receber a dúvida, a equipe ouvidora busca o esclarecimento junto à área responsável para informar, da melhor maneira possível, o jurisdicionado que está em busca de seus direitos. A resposta pode chegar por e-mail, telefone ou, até mesmo, por meio de audiência.

Segundo a Corregedora-Geral Assusete Magalhães, a Ouvidoria da Justiça Federal da Primeira Região, instrumento de controle interno do Poder Judiciário Federal de Primeiro Grau, embora tivesse sido instituída pelo art. 4º, § 2º, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral, aprovado em 10 de janeiro de 2002, era pouco conhecida pelos próprios magistrados, servidores e pela sociedade. A Corregedora-Geral pretende, em sua gestão, que se iniciou em 19 de abril de 2004, implementá-la e divulgá-la, a fim de que se constitua um canal direto de comunicação entre a população e o Poder Judiciário Federal, no âmbito de Primeira Região. Segundo ela, o serviço destina-se a ouvir o jurisdicionado, porquanto o TRF/1ª Região crê na importância de sua opinião para identificar aspectos que devem ser aperfeiçoados na prestação dos serviços e na busca de sua eficiência, consagrada e exigida constitucionalmente, com vistas ao oferecimento, à sociedade, de uma justiça efetiva, célere e transparente.

Faça contato com a Ouvidoria

Ouvidoria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 1ª Instância - SAS, Bloco A, 1º andar – sala 01 – Ed. Sede – Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70095-900 Brasília – DF.

Telefone: (61) 314-5121

e-mail: ouvidoria@trf1.gov.br

www.trf1.gov.br

Congresso baiano discute Direito Ambiental

A Praia do Forte, localizada no litoral norte da Bahia, é exemplo perfeito de harmonia e de natureza preservada. Foi nesse cenário que, nos dias 26, 27 e 28 de agosto, cerca de 150 participantes, entre ministros, desembargadores federais, juízes federais e estaduais, procuradores da República e do Estado, promotores de justiça e técnicos envolvidos na defesa do meio ambiente estiveram reunidos para participar do I Congresso Baiano de Direito Ambiental. O evento foi promovido pela Justiça Federal da Bahia em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e apoio da Escola da Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf). Seu principal objetivo foi discutir a responsabilidade ambiental nas esferas administrativa, civil e penal, além de ampliar as discussões em torno das questões ambientais, buscando soluções harmoniosas para diminuir os riscos e os danos ao ecossistema.

O Presidente do TRF-1ª Região, Aloísio Palmeira Lima, participou da solenidade de abertura ao lado do Governador do Estado da Bahia, Paulo Souto, da Coordenadora do Evento e Diretora do Foro da Seccional baiana, Juíza Mônica Neves de Aguiar da Silva, e do Desembargador Federal Antônio Ezequiel, representando a Esmaf.

O Presidente Aloísio Palmeira elogiou a escolha dos temas por tratar-se “de um direito novo, revolucionário, de maior relevo para o cenário mundial, e que afronta os usos tradicionais ao impor gestão racional dos recursos naturais como suporte da vida humana no Planeta”. Ele falou, também, sobre o papel e a responsabilidade de todos em relação às questões ambientais. Segundo ele, a abrangência da idéia de dano ambiental acarreta também a responsabilização do Estado. “Os agentes públicos no exercício de suas atividades, sejam rotineiras, sejam eventuais, nivelam-se ao particular na observância dos princípios e normas coativas do sistema de proteção”, afirmou.

Na avaliação da Coordenadora do evento, Juíza Mônica Neves Aguiar da Silva, o evento correspondeu às expectativas, “tanto que já estamos pensando e programando a realização do II Congresso no mesmo nível, reunindo todos os profissionais do Direito envolvidos com a área do Direito Ambiental”.



A Diretora do Foro SJ/BA, Mônica Neves Aguiar; o Governador da Bahia, Paulo Souto; o Presidente do TRF, Aloísio Palmeira; e o Desembargador Federal Antônio Ezequiel durante a solenidade de abertura do Congresso



O Ministro do STJ, Peçanha Martins, durante palestra de encerramento do Congresso Baiano de Direito Ambiental

O evento reuniu mais de 150 participantes em torno das questões ambientais



Medalha do Pacificador

Na manhã do dia 25 de agosto, o Vice-Presidente do Tribunal, Mário César Ribeiro, recebeu a Medalha do Pacificador, concedida pelo Exército Brasileiro, no Quartel General, no Setor Militar Urbano.

Também receberam a medalha o Juiz Federal Hamilton de Sá Dantas; o Chefe de Assessoria do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, Ailton Bernardes de Assis; o Chefe de Gabinete do Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias, Mário Sérgio Ferrari; a Chefe de Gabinete do

Desembargador Federal João Batista Gomes Moreira, Cristina Berquó e Silva; e o Diretor da Divisão de Informações Processuais, Aluizio Alves de Oliveira.

Estiveram presentes ao evento o Presidente da República em exercício, José de Alencar; O Ministro da Defesa, José Viegas Filho; o Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira; o Comandante do Exército, Francisco Roberto de Albuquerque; ministros, desembargadores federais e demais autoridades civis e militares.

A medalha do Pacificador é conferida atualmente a autoridades, membros de instituições e civis que tenham prestado relevantes serviços à Nação.

Diagnóstico do Poder Judiciário

A Justiça Federal foi uma das instituições avaliadas na pesquisa promovida pelo Ministério da Justiça a respeito da organização do Poder Judiciário, divulgada no mês de agosto.

Denominado “Diagnóstico do Poder Judiciário”, o trabalho reuniu, num documento de 112 páginas, o resultado da avaliação de questionário enviado a todos os tribunais do País, informações constantes do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, do Conselho da Justiça Federal e de sites oficiais de órgãos ligados à Justiça.

A segurança dos dados fornecidos e a tradição em pesquisa da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo não foram suficientes, entretanto, para evitar falhas na conclusão do relatório. A respeito da Justiça Federal da Primeira Região, a Seção Judiciária do Amapá saiu prejudicada com o mapeamento: teve o número de processos julgados em 2003 divulgado incorretamente e, entre as 27 seccionais de

todo o País, foi colocada em 24º lugar no ranking processual.

Em face do equívoco, o Presidente do TRF-1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, encaminhou ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ofício com tabelas que informaram a distorção e esclareceu que não foram computados os processos distribuídos e julgados pelos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais.

De acordo com as informações enviadas, a Seccional do Amapá julgou os processos distribuídos em 2003 (5.279) e 2.283 referentes a anos anteriores, posicionando-se, portanto, em 1º lugar na colocação geral.

Estudo avalia dados da Justiça Federal – o Presidente do STF, Ministro Nelson Jobim, solicitou aos cinco TRFs do País um estudo detalhado sobre o volume e os gastos com processo de toda a Justiça brasileira. O levantamento deve verificar dados como a carga de trabalho dos juízes, os insumos e a relação das despesas do Judiciário com o Produto Interno Bruto, para otimizar a eficiência do sistema judicial. Na Justiça Federal da Primeira Região, o Presidente do TRF, Aloísio Palmeira, apoiou a iniciativa e indicou o Juiz Federal em Auxílio à Presidência, Marcos Augusto de Sousa, e o Diretor da Divisão de Estatística do TRF-1ª Região, Ricardo Paulo Tomaz, para integrarem o grupo de estudo. A conclusão está prevista para acontecer em seis meses.

Vagas no estacionamento

O Presidente Aloísio Palmeira assinou portaria em 5 de agosto de 2004, de n. 640-398, redistribuindo as vagas para veículos no estacionamento do Tribunal, relativas aos edifícios Sede, Anexo I e Adriana e Dona Marta.

O objetivo da portaria foi melhor distribuir as vagas, adequando-as às necessidades do Tribunal. Confira como ficaram:

EDIFÍCIO-SEDE		
Estacionamento	Vaga n.	Destinação
Térreo	1	Veículo especial de serviço da Presidência
	2 e 3	Veículo especial de serviço da Vice-Presidência
	4	Veículo especial de serviço da Corregedoria-Geral
	5 a 28	Veículo especial de serviço dos Desembargadores Federais
	29	Veículo especial de serviço da segurança
	32 a 41 e 43 a 51	Veículos oficiais de serviço
	42	Diretor-Geral da Secretaria
1º subsolo	52 a 61	Veículos particulares dos Desembargadores Federais e Juizes Federais convocados, no limite da quantidade das vagas rotativas
	1 a 17	Veículos oficiais de serviço
	18 a 31 e 33 a 48	Chefes da Assessoria dos Gabinetes dos Desembargadores Federais (CJ - 03)
	32	Secretário-Geral da Presidência

EDIFÍCIO ANEXO E EDIFÍCIO DONA MARTA			
Estacionamento	Vaga n.	Destinação	
Anexo I	Externo A (lado esquerdo do edifício)	Todas as vagas	Ocupantes de CJ - 03, CJ - 02 e CJ - 01
Ed. Anexo I - estacionamento externo B (lado direito do edifício)		9 vagas	Juizes Federais convocados para as Turmas Suplementares
		17 vagas	Servidores das Turmas Suplementares (gabinetes, Cenex e Gabex), mediante sorteio trimestral, em forma de rodízio
		4 vagas	Médicos e odontólogos do quadro de pessoal ou terceirizados, em forma de rodízio
Ed. Dona Marta - estacionamento externo C (em frente ao edifício)		Demais vagas	Ocupantes de CJ - 03, CJ - 02 e CJ - 01 Gerentes de bancos sediados no TRF Servidores do quadro de pessoal, no limite das vagas rotativas

EDIFÍCIO ADRIANA		
Estacionamento	Vaga n.	Destinação
Interno e externo	Todas as vagas	Ocupantes de CJ - 3, CJ - 02 e CJ - 01 Ocupantes de FC - 04 - Encarregado de Setor, mediante sorteio trimestral, em forma de rodízio

Serviço externo de rondas do Tribunal

Está em funcionamento, em fase ainda experimental, o Serviço Externo de Rondas (SER) do Serviço de Segurança do TRF-1ª Região. O serviço, idealizado e executado por integrantes do Setseg/Disseg, tem o objetivo de beneficiar magistrados, servidores, advogados, prestadores de serviços e estagiários com a presença ostensiva de uma equipe de agentes de segurança do Tribunal nas imediações do órgão, dando apoio a eventuais ocorrências de auxílio e assistência, dentro das atividades do Serviço, delimitadas no perímetro entre as portarias dos edifícios do TRF-1ª Região e os estacionamentos vizinhos.

As rondas, realizadas por dois agentes de segurança judiciária, são executadas em deslocamentos e rotas indefinidas no período de 18:30 às 20:30h, em viatura especialmente equipada para o tipo de atividade. A viatura, uma Ford Eco Sport, está aparelhada com sinalizador acústico visu-

al, refletores manuais de alta potência, rádio transceptor móvel, radiotelefone portátil, kit de primeiros socorros e cabo de emergência para realimentação de baterias.

O veículo, um dos últimos incorporado à frota do Tribunal, possui características *off road*, essenciais para uma ampla mobilidade nos estacionamentos apertados e terrenos irregulares localizados nas imediações do complexo de prédios do Tribunal.

De acordo com o planejamento elaborado pelo Setseg/Disseg, vem sendo articulada com a direção dos Tribunais Superiores vizinhos ao Tribunal uma ação conjunta na execução das rondas externas, de modo a cobrir, num só tempo, todo o perímetro que delimita o Setor de Autarquias Sul.

Observação de grande relevân-

cia é que o Serviço Externo de Rondas não se constitui num serviço de segurança em área pública, atividade de responsabilidade e de competência exclusiva das Polícias. O Serviço constitui-se tão-somente em atividade de apoio preventivo e de assistência, tais como chamamento de polícia para cobertura de ocorrências delituosas, chamamento de socorro mecânico e escolta de acompanhamento de usuários, condicionada às circunstâncias do momento, disponibilidade da equipe e horário adiantado.





Realizada correição ordinária em Ilhéus

Para verificar a regularidade de funcionamento na distribuição da Justiça e nas atividades administrativas da Justiça Federal da 1ª Região e com o intuito de conhecer de perto a realidade da Primeira Instância, a Corregedora-Geral Assusete Magalhães iniciou, no último dia 16 de agosto, os trabalhos de correição geral ordinária na Subseção Judiciária de Ilhéus, inaugurando os trabalhos correicionais de sua gestão, nas Seções e Subseções Judiciárias vinculadas ao Tribunal. Para realizar o trabalho em Ilhéus, a Corregedora-Geral contou com a colaboração do Juiz Federal em auxílio à Corregedoria, Reynaldo Soares da Fonseca, do Diretor de Secretaria da 22ª Vara da SJDF, Carlos Magno da Costa, e do Chefe da Assessoria da Corregedoria, Manoel Maia Jovita.

Tendo em vista a impossibilidade de analisar, um a um, os 9.500 processos que tramitam na Subseção baiana, a Corregedoria adotou o exame de processos por amostragem, analisando, inclusive, todos aqueles paralisados há mais de sessenta dias. Analisou, ainda, os processos conclusos para despacho, decisão e sentença, cartas rogatórias e de ordem e todas as ações penais com réus presos. A equipe da Corregedoria verificou detalhadamente o trabalho desenvolvido na Vara Única de Ilhéus, recomendando, em alguns casos, a adoção de determinados procedimentos e apontando sugestões para agilizar a tramitação de alguns processos e otimizar o serviço cartorário.

Ao final dos trabalhos em Ilhéus, a Corregedora-Geral Assusete Magalhães e o Juiz Federal em auxílio à Corregedoria,

Reynaldo da Fonseca, participaram de uma reunião com juízes, diretor de Secretaria e servidores da Vara. Em relação ao trabalho dos juízes, a Corregedora-Geral sugeriu algumas medidas saneadoras para pequenas falhas. Em seguida, fez questão de ressaltar a dedicação e o comprometimento dos magistrados da Subseção de Ilhéus. No que diz respeito aos trabalhos do Diretor de Secretaria, a Corregedora e o Juiz auxiliar sugeriram algumas práticas, a fim de racionalizar os trabalhos e evitar atrasos e descrédito no Poder Judiciário, com eventuais ocorrências de extinção de punibilidade, pela prescrição, em ações penais. Ao final, também, ressaltaram a organização e a liderança demonstradas por Luiz Carlos Souza Vasconcelos, Diretor de Secretaria da Vara Única de Ilhéus.

Com relação aos servidores, a Corregedora-Geral fez questão de parabenizá-los pelo excelente trabalho de organização dos processos antes da correição e, em seguida, fez algumas observações para se evitem atrasos na juntada de petições, conclusão de feitos para despacho e cumprimento de determinações processuais. Por fim, pediu atenção especial para o cumprimento de cartas rogatórias, precatórias e de ordem e para os procedimentos criminais.

Área Administrativa – Quem pensa que o trabalho da correição limitou-se a conferir processos e o funcionamento das Varas se equivocou. Visitas à área administrativa também foram realizadas pela Corregedora-Geral e seus auxiliares. Com relação ao prédio da Subseção ficou constatado que hoje, após realização de reforma em 2002, ele se

encontra em ótimo estado, situação bem diferente da encontrada na última correição, realizada em 2001, quando o prédio apresentava fissuras e rachaduras e os servidores e juízes clamavam por uma reforma urgente. Quanto às demais questões levantadas pelos servidores na última correição, ou seja, política salarial que estimulasse os servidores novatos e sem função, treinamento em serviço, fortalecimento do Pro-Social e instalação de aparelhos de ar condicionado, a Corregedora observou que parte considerável das reivindicações já foi ou está sendo atendida. O patrimônio da Subseção foi considerado pela Corregedoria em bom estado de conservação, e as dependências do depósito judicial, almoxarifado e arquivo geral foram classificadas como limpas e bem gerenciadas.

Com relação ao quadro funcional, foi registrado que a instalação breve de um Juizado Especial Federal como serviço destacado ensejará necessariamente parceria com outros órgãos públicos ou acadêmicos ou a cessão de servidores da Seção Judiciária de Salvador, pois o quantitativo de servidores no local é pequeno para as atividades desenvolvidas (28 ao todo), “estando, inclusive, a merecer ampla e urgente revisão por parte da Administração”, escreveu a Corregedora-Geral Assusete Magalhães em seu relatório, aprovado, por unanimidade, pela Corte Especial Administrativa, na sessão do dia 09 de setembro de 2004.

Leia, na próxima edição da Destaque, matéria sobre a correição geral ordinária na Seção Judiciária do Maranhão.

SAIBA MAIS:

REGIMENTO INTERNO DA CORREGEDORIA-GERAL

Capítulo II

Das Correições Ordinárias

Art. 24. A correição ordinária terá por objetivo a verificação da regularidade do funcionamento dos serviços afetos ao juízo, observando-se especialmente:

- I – se a secretaria vem cumprindo as atribuições previstas no art. 41, I a XVII, da Lei 5.010/66 e demais atribuições que lhe são conferidas;
- II – se não há processos irregularmente parados e, especialmente, se são cumpridos os prazos a que estão sujeitos os servidores;
- III – se há demora injustificada no cumprimento das precatórias, principalmente criminais e aquelas em que algum dos interessados seja beneficiário da justiça gratuita ou de benefício previdenciário, e se, periodicamente, é providenciada a cobrança das precatórias expedidas e não devolvidas;
- IV – se é regularmente publicado o expediente da vara;

V – se são lançados, nos registros de controle de entrega de autos com vista aos advogados, os nomes, telefones, número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e endereços completos;

VI – se são efetuadas as cobranças de autos em poder das partes ou auxiliares da justiça, quando ultrapassado o prazo determinado em lei ou assinado pelo juiz;

VII – se o patrimônio da seção, sob a responsabilidade da secretaria, encontra-se em bom estado de conservação;

VIII – se consta a prática de erros ou abusos que devam ser emendados, evitados ou punidos, providenciando de imediato sua correção;

IX – se os atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal, da Corregedoria-Geral, da direção do foro e dos juízes são cumpridos e observados;

X – se é observado o prazo fixado no art. 47 da Lei 5.010/66 para remessa dos processos à superior instância.

As nuances de uma artista

No período de 06 a 20 de agosto, as obras da artista plástica Daniela Jorge iluminaram o corredor do Espaço Cultural do TRF-1ª Região. Daniela, que já expôs suas pinturas em galerias da cidade, há quase dois anos vem desenvolvendo oficinas de pintura exclusivamente para crianças.

Na exposição nomeada por ela “Ensaio do Primeiro Ato”, suas obras surpreenderam o público do TRF-1ª Região pela leveza e diversidade de cores, que, combinadas, resultaram em mistura singular. Influenciada pelo cubismo, Daniela abusa de formas abstratas na confecção de suas composições artísticas. No evento de lançamento da exposição, os presentes puderam desfrutar de um delicioso coquetel no local.

Com o apoio do PGQVT, a artista ministrou, no dia 20 de agosto, uma oficina de pintura direcionada aos filhos de magistrados, servidores, prestadores de serviço e de estagiários, com faixa etária de 7 a 12 anos, que desejavam aprender a arte de pintura em tela.

A oficina foi realizada das 8h às 11h e das 14 às 17h, no refeitório dos prestadores de serviços, térreo do Ed.-Sede. Ao final da aula, cada criança pôde levar para casa sua obra desenvolvida na tela durante o período da oficina. Atualmente, a artista plástica expõe seus quadros no Espaço Cultural do TRF, com a notável mostra “Ensaio do Primeiro Ato”.

Os interessados em participar das oficinas oferecidas no ateliê da artista Daniela Jorge poderão entrar em contato com a artista pelos números 99619838 e 30337050.



A artista expôs suas obras e ministrou oficina



Crianças esbanjam criatividade

Reflexos

Ao lado, o artista Paulo Dutra

Abaixo, Uma de suas obras expostas no Tribunal



A fotografia nasceu em meados do século XIX com o intuito de reproduzir fielmente a realidade. De lá pra cá muitas coisas mudaram, e ela adquiriu liberdade suficiente de representação do mundo. Tomando tal liberdade por princípio, o fotógrafo Paulo Dutra mostrou ângulos diversos de monumentos da cidade na Exposição “Reflexos”, realizada no Espaço Cultural do TRF-1ª Região de 03 a 17 de setembro.

Paulo, nascido em Teresina/PI, aprendeu muito e aperfeiçoou seu trabalho, transformando o gosto que tinha pela fotografia em uma forma de arte, criando uma visão própria. A exposição trouxe fotos de monumentos como a Catedral Metropolitana de Brasília, o Congresso Nacional, o Memorial JK, entre outros, vistos por ângulos inusitados, através de poças d’água que refletiam apenas fragmentos desses monumentos.



Primeira ata de distribuição de processos

Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais dos JEFs da Primeira Região tem os processos distribuídos



Os Presidentes das 13 Turmas Recursais da Primeira Região estiveram com o Presidente Aloísio, o Coordenador dos JEFs e o Juiz Federal em Auxílio à Cojef, além de desembargadores federais, na primeira distribuição de processos

Os Juizados Federais, na opinião de muitos, a justiça do futuro, cada vez mais, têm recebido estrutura e vêm sendo aparelhados para dar ao cidadão uma prestação jurisdicional eficaz.

Mais uma novidade promete dar celeridade a julgamentos de processos. No dia 09 de setembro aconteceu, no salão nobre do Tribunal, a primeira distribuição de processos da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região. Foram distribuídos 1.424 incidentes de uniformização.

Na solenidade, o Presidente Aloísio Palmeira e o Coordenador dos JEFs da Primeira Região, I'talo Fioravanti Mendes, falaram da importância e do objetivo da

Turma Regional, que é resolver divergências entre decisões emanadas das Turmas Regionais: “evitar decisões divergentes e concomitantes”, disse o Presidente. O Coordenador falou que “os trabalhos das Turmas proporcionarão celeridade e economia processual às atividades do Judiciário”.

Prestigiaram a solenidade o Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias e os Juizes Federais Presidentes das Turmas Recursais do Acre, Amazonas/Roraima, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, 1ª e 2ª Turma de Minas Gerais, Pará/Amapá, Piauí, Rondônia e Tocantins. Compareceram também os Juizes Federais Marcos Augusto de Sousa, Manoel Nunes e Bruno Oliveira, o Secretário-Geral Paulo Cardoso e servido-

res do Tribunal.

Reunião com os presidentes das Turmas Recursais – No mesmo dia pela manhã, o Coordenador dos JEFs, Desembargador Federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes, esteve reunido com os Presidentes das treze Turmas Recursais da Primeira Região, também com o Juiz Federal em auxílio à Coordenação dos Juizados Especiais Federais e com o Secretário-Executivo da Coordenação dos JEFs, para apresentação do funcionamento da Turma Regional de Uniformização.

Na ocasião, os Juizes Federais tiveram a oportunidade de expor sugestões e esclarecer dúvidas relativas aos procedimentos adotados na realização dos trabalhos da Turma Regional de Uniformização.

SAIBA MAIS SOBRE A TURMA REGIONAL

Turma Regional de Uniformização

Julga os incidentes de uniformização de jurisprudência decorrentes de divergências entre as Turmas Recursais da Primeira Região. É presidida pelo coordenador dos JEFs na 1ª Região e composta por todos os juizes das turmas em conflito. Se os incidentes se referem a duas turmas recursais, participam do julgamento dos incidentes seis magistrados, além do presidente.

Autoridades durante a execução do hino nacional



Justiça Federal da Bahia instala varas de JEFs

Desde o dia 30 de agosto, a Justiça Federal da Bahia conta com mais duas varas federais, que vêm somar-se às vinte outras já existentes. O diferencial é que essas novas varas são especializadas em juizados especiais federais, que têm competência para processamento, conciliação, transação, julgamento e execução das causas que envolvam valores de até 60 salários-mínimos e infrações de menor potencial ofensivo. Agora, serão três varas especializadas em JEFs atuando no Estado, para atender a mais de 200 casos diários. Atualmente tramitam nos Juizados Especiais Federais da Bahia mais de 91 mil processos. Cada uma das novas varas nasce já com a responsabilidade de dar andamento a mais de 30 mil processos.

O Presidente do TRF-1ª Região, Aloísio Palmeira Lima, juntamente com o Coordenador-Geral dos JEFs da 1ª Região, I'talo

Mendes, participaram da solenidade de instalação ao lado da Coordenadora dos JEFs da Bahia, Juíza Federal Vera Maria Louzada Velloso, e da Diretora do Foro, Juíza Federal Mônica Neves Aguiar da Silva. Na ocasião, o Presidente reafirmou que os Juizados Especiais Federais representam hoje o melhor, senão o único, instrumento eficaz de afirmação da cidadania. “Nada existe em semelhança como valioso distribuidor de renda ao tornar possível a concessão de benefícios previdenciários e assistenciais no tempo médio de 60 dias com o mínimo de formalismos”, afirmou.

Como parte da solenidade foi apresentado o projeto virtual da futura sede dos Juizados Especiais Federais da Bahia. Até a construção, os JEFs ficarão instalados provisoriamente na sede do Departamento Nacional de Obras contra a Seca – o Denocs.



O Presidente Aloísio Palmeira, ao lado da Diretora do Foro, Mônica Neves Aguiar, assina ata de instalação das novas varas



Juíza Federal Mônica Aguiar, Presidente Aloísio Palmeira e o Coordenador-Geral dos JEFs, I'talo Mendes, após descerramento da placa de instalação

Virtualização de procedimentos

Quem poderia imaginar, há pouco mais de um ano, uma justiça sem papel? Hoje isso já é realidade na Primeira Região, principalmente nos estados que foram contemplados com a instalação dos Juizados Especiais Federais Virtuais: Tocantins, Amapá, Acre, Roraima e Piauí, além do Distrito Federal.

Ecologicamente correto, por eliminar o uso de papéis, o procedimento virtual surgiu como alternativa para minimizar o volume de processos que cresce cada vez mais nos Juizados Federais, uma vez que

elimina burocracias e acelera o atendimento ao cidadão, resgatando-lhe os direitos de forma mais imediata.

Na Região, foi instalado o primeiro Virtual em junho de 2003, no Juizado Federal do DF, contando com a equipe de informática da Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Disis/Secin): Bruno Reis, Daniel Brito, Yuri Freitas, Jair Taboada, Leonardo de Leles – hoje coordenada por Mário de Sena Braga; à época, por Lúcio Melre.

Nos meses de agosto e setembro fo-

ram instalados em três estados: Roraima, Acre e Piauí. Leia, na próxima edição, sobre a solenidade do Piauí.

Para divulgação e transparência dos trabalhos do Judiciário, após os eventos de instalação do JEF Virtual nos Estados de Roraima e do Acre, o Presidente do Tribunal, o Coordenador dos JEFs na Primeira Região, os Diretores dos Foros e Coordenadores dos JEFs da Seccional respectiva concederam entrevista à imprensa local, à rádio e à TV Justiça e à Revista Destaque.

Roraima

Em Roraima, foi instalado, no dia 20 de agosto, o quarto Juizado Federal virtual da 1ª Região, onde o Diretor do Foro e Coordenador dos JEFs da Seccional do Estado, Grigório dos Santos, recebeu, além do Presidente Aloísio Palmeira e do Coordenador Regional, I'talo Mendes, inúmeras autoridades.

Em seu discurso, o Desembargador Federal I'talo Mendes afirmou que o JEF virtual reflete o comprometimento do TRF com todos os jurisdicionados da Primeira Região. “No JEF virtual busca-se maior rapidez na entrega da prestação jurisdicional e, acima de tudo, a satisfação da sociedade”, concluiu.

O Presidente Aloísio Palmeira falou da importância da virtualização de procedimentos nos Juizados e aproveitou a oportunidade para criticar o diagnóstico sobre o Poder Judiciário apresentado pelo Ministério da Justiça no dia 16 de setembro. “Espero que sejam retirados em breve os dados distorcidos, principalmente os relacionados ao número de processos julgados e em andamento na Justiça Federal e aqueles referentes aos vencimentos dos magistrados”.

O Diretor da Disis/Sesin, Mário de Sena Braga, apresentou o funcionamento dos Juizados virtuais a uma atenta platéia. Em seguida, o Presidente do Tribunal fez a distribuição do primeiro processo virtual do JEF do Estado. Depois, os componentes da

mesa assinaram a ata de distribuição (lembrando que essa assinatura é eletrônica, feita sobre uma placa magnética com caneta especial).



Autoridades instalam o JEF virtual

Acre



Foto: Franklin Andrade

Solenidade de instalação do JEF virtual

No dia 14 de setembro foi a vez de o Estado do Acre instalar o JEF Virtual, sendo esse o quinto da Primeira Região. O Presidente Aloísio Palmeira e o Coordenador Regional dos JEFs, I'talo Mendes, estiveram na sede da Seção Judiciária, em Rio Branco/AC, para a solenidade, que contou com a presença de diversas autoridades civis e militares; entre elas, o Diretor do Foro da Seção Judiciária do Acre, Pedro Francisco da Silva; o Juiz Federal em Auxílio à Cojef, Bruno Oliveira; o Coordenador dos JEFs do Acre, Rogério Polezze, além do Governador do Acre, Jorge Viana.

O Presidente e o Coordenador dos JEFs na Primeira Região falaram da importância da virtualização para a Justiça Federal e ouviram elogios do Governador do Estado, que afirmou orgulhar-se de testemunhar “momento tão especial, nessa virada que a Justiça Federal apresenta”. Destacou aquilo que afirma ser muito nobre: “fazer com que a justiça aconteça ou que se facilite o acesso a ela”.

O Juiz Federal Bruno Oliveira apresentou o funcionamento dos JEFs virtuais a um repleto auditório. Para finalizar, o Presidente do Tribunal fez a distribuição do primeiro processo virtual do JEF do Acre. Depois, os componentes da mesa assinaram a ata de distribuição.

Na mesma solenidade houve assinatura, pelo Presidente Aloísio Palmeira e pelo Governador do Acre, Jorge Viana, do protocolo de intenções de cooperação para instalação do Posto Avançado do Juizado Especial Federal em Cruzeiro do Sul/AC.

As vantagens da virtualização, entre outras, são a eliminação do papel – todos os documentos são escaneados e juntados aos autos; a marcação automática de perícias e audiências; a contestação, petição inicial e incidental via Sistema de Transmissão Eletrônica de Atos Processuais da Justiça Federal da Primeira Região (e-proc) o advogado não precisa comparecer ao serviço de protocolo do Judiciário, já que as peças processuais e documentos anexos podem ser enviados pela Internet; Citação, intimação, ofício, etc. por e-mail – ao invés de se utilizar um oficial-de-justiça ou o serviço dos Correios, a documentação é enviada para o réu via e-mail; e a Publicidade máxima – já que o processo pode ser consultado pela Internet a qualquer tempo; entre outros benefícios.

Livros



O livro “Constituições Brasileiras de 1824 a 1988”, da Editora Letra Legal, organizado em dois volumes por Antonio Becker e Vanuza Cavalcanti, apresenta a redação de cada carta constitucional, com as alterações procedidas, e registra o texto alterado, indicando a norma responsável pela mudança. O volume I apresenta a Carta de Lei de 25 de março de 1824, do Império; as Constituições de 1891, de 1934, de 1937, de 1946 e a de 1967.

A Constituição de 1988 é apresentada com atualizações até a emenda constitucional nº 44, propositalmente incluída no volume II do livro, permitindo que futuramente seja adquirido apenas esse volume para atualização constante da obra. O índice remissivo é o mais completo e minucioso do mercado. As remissões contêm o texto alterado e indicam a EC responsável pela alteração. Mais Informações, no *site* www.letralegal.com.br ou pelo telefone (21) 25073334.

“Ética na Administração Pública”, de Elias Freire e Sylvio Motta, da Editora Impetus, é uma obra que objetiva dotar os candidatos de concursos públicos de informações pertinentes ao tema. Constante nos concursos públicos atuais, o tema “ética” está inserto nos conhecimentos da área de Administração Pública. A cada tópico desenvolvido teoricamente, seguem-se questões; no total são 630.

A obra apresenta a ética de forma integrada a vários temas: aos comentários ao art. 5º da Constituição, à noção básica sobre a Administração Pública, à Improbidade Administrativa, ao Regime Jurídico dos Servidores – lei n. 8.112/90, ao Código de Ética, às noções básicas de Direito Penal – Parte Geral e Especial, e a processo administrativo.

Os autores, ambos professores com vasta experiência no ensino do tema, utilizaram-se de seus apontamentos em conduções de aula para dar à obra uma objetividade maior no que se propõe, preparação para concurso. O professor Elias Freire leciona Direito Administrativo nos mais conceituados cursos preparatórios para concursos públicos no eixo Rio – São Paulo, atuando como professor de curso de pós-graduação em Gestão Previdenciária – COPPE/ Universidade Federal do Rio de Janeiro - e de curso de pós-graduação em Direito do Estado na Universidade Cândido Mendes; trabalha como auditor fiscal da Previdência Social e é Conselheiro Nacional de Assistência Social – CNAS. O professor Sylvio Motta administra Direito Constitucional há 18 anos, em vários estados do País, e há cinco tem lecionado Ética na Administração; é professor da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – Emerj, presidente do Conselho Editorial da Editora Impetus e coordenador de diversas séries da editora. O professor Sylvio é autor de várias obras, entre as quais “Direito Constitucional – Teoria, Jurisprudência e 1000 Questões” e “Controle de Constitucionalidade”.



Família do Judiciário realiza missa da Páscoa

Entre os significados que a Páscoa tem, em diferentes religiões, o fator comum é o da renovação da vida. Para o cristianismo, a Páscoa é a data em que é celebrado o renascimento de Jesus Cristo. Já os judeus comemoram a data no sentido da liberdade, após anos de escravidão no Egito. A palavra Páscoa vem de *Pesach*, que significa ressurreição.

Foi nesse espírito de renovação que autoridades do Poder Judiciário se reuniram na missa da Páscoa da Família Judiciária, no dia 18 de agosto, na Catedral Metropolitana de Brasília. A cerimônia foi presidida por Dom Lorenzo Baldisseri e concelebrada por Dom João Braz de Aviz e teve apoio do TRF-1ª Região com o objetivo de reunir todos os membros do Poder Judiciário, representantes de todos os tribunais, desde os ministros do Supremo até os juízes de 1ª instância.

Estavam presentes diversas autoridades; entre elas, o Presidente do TRF-1ª Região, Aloísio Palmeira, o Presidente do STF, Nelson Jobim, a Vice-Presidente do STF, Ellen Gracie, o Vice-Presidente do STJ, Sálvio de Figueiredo, o Presidente do STM, José Júlio Pedrosa, o Presidente do TCU, Valmir Campelo, Desembargadores Federais do Tribunal, a Diretora do Foro da SJDF, Isa Tânia Cantão, e Juízes Federais da 1ª Região.

Reunião de Presidentes

Estiveram reunidos no dia 23 de agosto, no gabinete da Presidência do TRF-1ª Região, os Presidentes dos cinco TRFs do país: Aloísio Palmeira, da 1ª Região; Valmir Peçanha, da 2ª Região; Anna Maria Pimentel, da 3ª Região; Vladimir Passos de Freitas, da 4ª Região; e Margarida Cantarelli, da 5ª Região.

Durante a reunião, os Desembargadores Federais discutiram assuntos de interesse comum sobre a Reforma do Poder Judiciário.

Na ocasião, os Presidentes manifestaram grande pesar pelo falecimento do Desembargador Federal aposentado Hermenito Dourado, ocorrido no dia 22.



Os Presidentes dos TRFs, da 4ª Região, Vladimir Passos de Freitas; da 5ª Região, Margarida Cantarelli; da 2ª Região, Valmir Peçanha; da 3ª Região, Anna Maria Pimentel; e da 1ª Região, Aloísio Palmeira

CJF cria comissão para estudar criação de varas especializadas em questões agrárias

O Conselho da Justiça Federal (CJF) decidiu, em reunião realizada em Londrina/PR, no último dia 03 de setembro, instituir uma comissão para estudar a viabilidade de ampliar a competência da Justiça Federal em relação ao julgamento de questões agrárias. A proposta foi apresentada pelo Ministro Edson Vidigal, Presidente do CJF e do STJ, e aprovada pelo Colegiado. Segundo o Ministro Vidigal, a idéia surgiu após sugestão do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. “Durante visita do Presidente Lula ao STJ, comentei que a Justiça precisava de novas varas especializadas em lavagem de dinheiro, e ele ressaltou que o País também estava precisando de varas especializadas em questões agrárias”, revelou o Ministro. O Secretário da Reforma do Judiciário, Sérgio Renault, que também participou, como convidado, da sessão do CJF, lembrou que para criar as varas agrárias será necessária a inclusão de dispositivo na Constituição Federal. Atualmente, pela Constituição Federal (art.109, I), a competência da

Justiça Federal somente é atraída em relação a matérias agrárias em questões que envolvem entidades de Direito Público Federal, como é o caso do Incra, uma

cia da Justiça Federal específica para questões fundiárias. Durante as discussões, o Ministro Fernando Gonçalves considerou salutar a idéia de uma Justiça Agrária, mas



Conselho do CJF reunido em Londrina

autarquia federal. Já o art. 126 da Constituição prevê que é a Justiça Estadual a competente para tratar de conflitos fundiários, e estabelece que nesses casos os Presidentes dos TJs podem designar juízes com competência exclusiva para tais questões. O Ministro Vidigal sugeriu a inclusão de um inciso a mais no art. 109 prevendo a competên-

alertou que não se deve ter a ilusão de que a Justiça, sendo federal ou estadual, irá acabar com conflitos. “Reforma agrária não se faz com verbo, mas com verba”, concluiu. O Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira, também se manifestou com a afirmação de que a questão fundiária deve ser encarada em termos práticos. “Temos no Brasil o pensamento de que os conflitos sociais podem ser resolvidos mediante decreto ou lei. A questão não está

sendo conduzida racionalmente. A federalização dos conflitos fundiários entre particulares é uma questão muito séria e deve ser bastante debatida”, concluiu. Em seguida, o Presidente informou que na 1ª Região já existem varas especializadas em matéria agrária e se colocou à disposição do CJF para apresentar dados sobre os processos em tramitação.

COMISSÃO

Foram designados para compor a Comissão, o Ministro José Delgado, o Presidente do TRF-4ª Região, Vladimir Passos de Freitas, o Senador Álvaro Dias, um representante da Ajufe e o Secretário da Reforma do Judiciário, Sérgio Renault.

Outras decisões – Durante a sessão foram apreciados seis processos; entre eles, a proposta de alteração das resoluções 225 e 283 que dispõem sobre a cessão e requisição de servidores em estágio probatório. Ficou decidido na ocasião que esses servidores somente poderão ser cedidos a outro órgão ou entidade para ocupar cargos em comissão (CJ) dos níveis 4, 3, 2 ou equivalentes, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º grau, a cargos de direção, chefia ou assessoramento de nível superior. O CJF entendeu que a equivalência se dá com o conteúdo do cargo, e não com o valor de sua retribuição, pois do contrário o atendimento da cessão exigiria quadros de carreira idênticos na esfera federal e estadual. Também foi aprovada alteração da Resolução CJF 330/2003, referente ao Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos JEFs. Foi modificada a redação que determinava que as reuniões da Turma fossem realizadas por meio eletrônico. De acordo com a alteração, as reuniões da Turma passam a ocorrer na sede do CJF, em Brasília, podendo o Presidente da Turma Nacional convocar os juízes do Colegiado para reuniões por meio eletrônico.



Justiça Federal apóia projeto Soldado Cidadão



Autoridades preparam-se para dar aulas aos soldados no BGP

A Justiça Federal é a mais nova parceira do projeto Soldado Cidadão, do governo federal, criado em 2003 por cooperação técnica entre o Ministério da Defesa e o Ministério do Trabalho e Emprego, sob a coordenação da Fundação Cultural do Exército Brasileiro, Funceb. O projeto, ligado ao programa Primeiro Emprego, tem o objetivo de promover a formação cívica e profissional de jovens que estejam cumprindo o serviço militar, dando-lhes melhores condições de concorrer no mercado de trabalho.

Além de entidades como o Senac, o Senai, a Confederação Nacional da Indústria e do Comércio, entre outras, a Justiça Federal também tem participação efetiva no projeto. Depois da adesão do ministro do STJ Edson Vidigal, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) mobilizou cerca de 200 juizes federais voluntários. Os magistrados ministram aulas de cidadania para mais de 28 mil soldados brasileiros que se formarão neste ano, em todo o País. Das 160 horas oferecidas aos recrutas para

os cursos profissionalizantes e qualificação social, caberá aos juizes a cota de quatro horas, ao longo de dois a três meses, dependendo da região. O conteúdo do curso refere-se aos princípios, à organização do Estado e aos direitos e deveres estabelecidos na Constituição Federal. O presidente da Ajufe, Jorge Maurique, considera que o projeto é um grande ganho para a cidadania e para a Justiça. “Nós teremos mais pessoas envolvidas com o Poder Judiciário e, acima de tudo, tendo conhecimento mais aprofundado de sua situação de cidadão brasileiro”, afirmou o presidente.

O material didático, o programa e a metodologia foram elaborados pelo Conselho da Justiça Federal, com apoio de uma equipe de servidores do Superior Tribunal de Justiça. Após as discussões sobre os tópicos a serem abordados, decidiu-se pela exposição oral, com alternância de outras estratégias, a fim de que se mantenha o estímulo da aprendizagem durante as aulas. Além disso, os alunos recebem cartilhas

que tratam dos temas institucionais abordados, com ilustrações e expressões acessíveis ao público-alvo. A idéia é utilizar um texto informal, para facilitar a absorção de conhecimentos, e trabalhar as noções e os conceitos básicos como um roteiro. Segundo as recomendações didáticas, deve-se, ainda, contextualizar o tema com exemplos significativos, com foco nas necessidades e expectativas do aluno, para que ele seja capaz de apreender os conceitos e aplicá-los posteriormente.

Na Primeira Região, cerca de 40 juizes federais são voluntários do projeto. O ponto de partida foi nos estados de Minas Gerais e da Bahia, onde as atividades tiveram início no dia 17 de setembro. Em Minas Gerais, o diretor de foro Renato Prates realizou uma palestra sobre o projeto Soldado Cidadão. Cada estado teve a liberdade de escolher onde seriam realizadas as aulas: na seção judiciária, nas dependências do Exército ou na sede da instituição que oferece os cursos profissionalizantes.



Desembargador Federal Luciano Amaral fala aos recrutas



Magistrados assistem à abertura do evento



Desembargador Federal Luciano Amaral, Comandante-Geral do Comando Geral do Planalto, Rui Alves Catão, e Ministro do STJ Ari Pargendler, satisfeitos com o sucesso do evento

Tabela enviada pela Esmaf

Município/1ª Reg.	Gpt. A	Gpt. B	Gpt. C	Juízes
Manaus/AM	210	210	257	Raquel Soares Chiarelli
Macapá/AP	30	60	90	André Dias Fernandes Anselmo Gonçalves da Silva
Rio Branco/AC	30	60	90	Jair Araújo Facundes Pedro Francisco da Silva
Belém/PA	120	120	0	José Airton de Aguiar Portela
Marabá/PA	150	150	0	Francisco de Assis Garcês Castro Jr.
Altamira/PA	30	60	0	000
Boa Vista/RR	90	90	90	Grigório Carlos dos Santos
Porto Velho/RO	30	60	60	Murilo Fernandes de Almeida
São Luís/MA	30	60	30	000
Teresina/PI	30	60	60	Francisco Hélio Camelo Ferreira Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira
Salvador/BA	240	240	240	Regivano Fiorindo Alexandre Buck Medrado Sampaio Cristiano Miranda de Santana
Feira de Santana/BA	30	60	70	000
Cuiabá/MT	90	90	90	Paulo Cezar Alves Sodré
Rondonópolis/MT	30	60	0	000
Distrito Federal/DF	420	440	486	Des. Luciano Tolentino Amaral, Osmane Antonio dos Santos, Mônica Jacqueline Sifuentes Pacheco de Medeiros, Marcus Vinícius Reis Bastos, Cloves Barbosa de Siqueira, Márcio Barbosa Maia, Anamaria Reys Resende, Cleberon José Rocha, Daniela Zarzar Pereira de Melo Queiroz
Goiânia/GO	60	60	170	Fausto Mendanha Gonzaga Alderico Rocha Santos
Palmas/TO	30	30	30	Denise Dias Dutra Drumond
Belo Horizonte/MG	120	120	180	Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa, Reginaldo Márcio Pereira, Guilherme Mendonça Doehler, Sérgio Santos Melo, Carmen Elizângela Dias Moreira e Dimis da Costa Braga
Sete Lagoas/MG	60	60	0	000
Juiz de Fora/MG	180	180	180	000
Santos Dumont/MG	30	30	300	000
São João Del Rey/MG	60	60	0	Reginaldo Márcio Pereira
Pouso Alegre/MG	30	60	90	000
Uberlândia/MG	60	60	0	Osmar Vaz de Mello da Fonseca Jr.
TOTAL	2190	2480	2243	0000

TRF e Banco do Brasil celebram convênio de cooperação



Presidente Aloísio Palmeira e o Superintendente do Banco, Paulo Roberto de Oliveira, assinam convênio

A parceria de sucesso entre o Banco do Brasil e o TRF-1ª Região ganhou reforço extra com a assinatura de convênio para concessão de recursos financeiros que serão destinados à modernização e informatização do Tribunal, além de patrocínio para eventos institucionais, como o Concurso de Monografias, aberto a estudantes e profissionais do Direito, e a Feira de Saúde. A solenidade de assinatura aconteceu no dia 1º de setembro, no salão nobre do Tribunal, e contou com a presença do Presidente Aloísio Palmeira, de Desembargadores e Juizes Federais, do Diretor-Geral Rubens Murga, do Secretário-Geral Paulo Cardoso, de representantes do Banco do Brasil, além de dirigentes e servidores. Durante o evento, o Presidente Aloísio Palmeira demonstrou grande satisfação em ter a parceria com o Banco renovada “O convênio ultrapassa as expectativas positivas pelo histórico de fidelidade que une o TRF ao Banco do Brasil”, afirmou. Já o superintendente do Banco, Paulo Roberto de Oliveira, ressaltou que o Banco do Brasil estará sempre pronto para solucionar as necessidades do TRF e agradeceu a confiança depositada na instituição financeira. Com o convênio, o Tribunal colocará em execução um projeto pioneiro no Judiciário brasileiro: a

transmissão, em tempo real, das sessões de julgamento realizadas na Casa, a exemplo do que já ocorre internamente por meio do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística. Para isso, parte dos recursos do convênio será destinada à aquisição de equipamentos de áudio e vídeo e de *softwares*. A iniciativa tem como objetivo tornar as ações da Justiça Federal ainda mais transparentes, já que as sessões poderão ser assistidas de qualquer lugar do País e do mundo. O Presidente Aloísio Palmeira ressaltou que a concretização do projeto irá beneficiar a população que conhecerá imediatamente as decisões que forem proferidas. “O projeto tornará o Poder Judiciário mais aberto para que os cidadãos conheçam um pouco melhor as entranhas do nosso Poder”, afirmou. A parceria com o Banco do Brasil também possibilitará a informatização das sessões do Tribunal para que os desembargadores federais possam, durante os julgamentos, realizar consultas ao gabinete, a documentos, à jurisprudência, à Internet e a votos digitalizados. O Plenário e as salas de sessões do Tribunal já possuem estrutura de rede lógica instalada, sendo necessária a aquisição de *notebooks* para o acesso às informações. Além disso, está prevista a compra de microcomputadores para aten-

der os gabinetes dos 27 magistrados da Corte, já que o número atual de micros é insuficiente e a maioria está tecnologicamente defasada. Os eventos institucionais do Tribunal ganharão novo impulso com o convênio do Banco do Brasil. Serão patrocinadas as feiras de saúde, os concursos – como o de monografias –, os cursos e seminários realizados pela Esmaf, as confraternizações em datas especiais, várias solenidades, entre outros. Só para a realização de duas edições da Feira de Saúde estão sendo destinados R\$25.000,00. Já a Esmaf irá dispor de R\$10.000,00 para promover seus eventos. Em contrapartida, o TRF-1ª Região irá ceder espaço para que as instalações do Banco do Brasil sejam ampliadas, além de o Banco continuar sendo a instituição financeira encarregada do pagamento de precatórios na 1ª Região. A instituição também poderá participar dos pagamentos das Requisições de Pequeno Valor – RPV na Primeira Região. O nome do Banco também estará presente em todos os eventos patrocinados com os recursos provenientes do convênio. O convênio firmado entre o TRF-1ª Região e o Banco do Brasil é válido até 2006, podendo ser prorrogado se houver acordo entre as instituições e a celebração de termo aditivo.

Posses no TRF-1ª Região

No dia 13 de agosto, no *hall* do Plenário, o presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira, empossou os seguintes servidores: Bianca Barbosa Heringer, como Assessora Judiciária do Desembargador Federal I'talo Mendes; Inácio Martins de Souza, Diretor de Recursos Especiais e Extraordinários/Presidência; Mara Benedita Caetano de Souza, no cargo efetivo de Analista Judiciário (área administrativa); Marcos Alvim Pereira, como Chefe de Gabinete do Desembargador Luciano Tolentino Amaral; Rosa Lara Moreira Costa Batista, Assessora Judiciária da Asret/Presidência.

Ao final da solenidade, o Presidente disse: “Espero que todos trabalhem harmonicamente e tenham o melhor desempenho em benefício da atividade fim, que é a prestação jurisdicional”.

Prestigiaram a posse o Diretor-Geral Rubens Murga, o Secretário-Geral Paulo Cardoso e o Juiz Federal auxiliar da Cojef, Bruno Oliveira.



Servidores na solenidade de posse



O Presidente Aloísio Palmeira e o Coordenador da Sutaq/Secju, Carlos Benedicto Menezes

No dia 16 de agosto foi a vez de o Presidente Aloísio Palmeira empossar, no gabinete da Presidência, Carlos Benedicto Cunha de Menezes, no cargo de Coordenador de Taquigrafia da Secretaria Judiciária.

À solenidade estiveram presentes o Diretor-Geral Rubens Murga, o Secretário-Geral Paulo Cardoso, a Assessora Parlamentar Helga Jucá, o Diretor da Secretaria Judiciária, Henoch Montenegro, a Chefe de Gabinete da Presidência, Elza Cezetti.

A Corregedora-Geral Assusete Magalhães, no exercício da Presidência no dia 27, empossou, na Corregedoria-Geral, Aline Gomes Teixeira, no cargo de Chefe de Gabinete do Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, e Diogo Abe Ribeiro, no cargo de Técnico Judiciário.

Na ocasião, desejou aos empossados êxito no desempenho das novas funções e afirmou que “o TRF confia em seus servidores, na sua dedicação e eficiência”.

Prestigiaram a solenidade de posse o Juiz Federal em auxílio à Corregedoria, Reynaldo Fonseca, o Diretor-Geral Rubens Murga, o Secretário-Geral Paulo Cardoso, o Chefe da Assessoria da Corregedoria Geral, Manoel Maia Jovita, e servidores da Casa.



Presidenta em exercício, Assusete Magalhães, ladeada pelos empossados



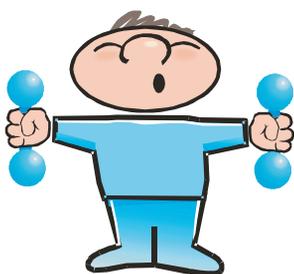
Qualidade de vida para servidores do Tribunal

O Coral Habeas Cantus segue sua trajetória no embalo da melodia e da harmonia musical. O coral participou do concerto de músicas brasileiras “Viajando pelo Brasil com o Coral Corte em Canto”, que reuniu no STJ, além dos dois corais, o Universitário, da Católica, e o coral do Senado Federal. E as participações não param por aí. De nove a doze de novembro, o Coral participará do encontro internacional de corais Encanta Santos, na cidade de Santos em São Paulo, representando o Poder Judiciário. Quem quiser participar do Coral Habeas Cantus pode inscrever-se pelos números 314-5486 ou 314-5294. Às terças e quintas, o Coral reúne-se para ensaiar e, mensalmente, são realizados *workshops* de técnica vocal.



Coral Habeas Cantus apresenta-se em locais externos ao Tribunal

A Coordenadora dos **Vigilantes do Peso** em Brasília, Cleusa Marlene Botelho, ministrou a palestra “Vigilantes do Peso e Você” para os servidores do TRF-1ª Região. A palestra teve como principal objetivo explicar os fundamentos do grupo que prega a reeducação alimentar como instrumento para o emagrecimento e a manutenção de um peso saudável. O evento contou com a participação de 18 pessoas e, a partir das explicações, formou-se um grupo de *AT Work*. As reuniões acontecem sempre às quartas feiras, das 12h às 13h, no próprio Tribunal, e são coordenadas pela orientadora dos Vigilantes do Peso, Ruth Machado. Os interessados em participar do próximo grupo devem ligar.



O Bem-me-Quero, veículo informativo do PGQVT, está de cara nova. Desde a última edição da *Revista Destaque*, o informativo traz matérias sobre qualidade de vida e trabalho e dicas culturais. A novidade não pára por aí. O Bem-me-Quero também está na Internet.

Acesse o site do Tribunal, www.trf1.gov.br, clique no link “publicações” e, por fim, em “Informativo Bem-me-Quero”. A publicação virtual é semanal e traz sempre as novidades do PGQVT.

Prevenção

Brasília tem registrado vários casos de Hantavirose. Trata-se de uma doença grave que leva a óbito 50% dos casos. A prevenção é fundamental para evitar a doença. A demanda por informações sobre a Hantavirose foi tão grande que a Divisão de Saúde do TRF-1ª Região, somada à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, ofereceu a todos do Tribunal uma palestra sobre o assunto. O médico veterinário Paulo Vilarinhos (foto), da Vigilância Ambiental em Saúde do DF, foi quem proferiu a palestra, que contou com a participação em peso dos servidores da Casa.



O Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC) está classificado no capítulo de transtornos mentais e comportamentais da CID 10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.

Os transtornos mentais em nossa sociedade ainda estão cercados por preconceito e pouca informação. Para começar, é importante salientar que todas as pessoas podem sofrer com um transtorno mental. Em nossas vidas sempre haverá momentos de desequilíbrio, mais ou menos profundos e, dependendo da intensidade do sofrimento e das condições mentais básicas, poderemos vir a ter um transtorno mental mais grave ou menos grave, mais recuperável ou menos, mais passageiro ou mais permanente. Outro aspecto a considerar é que os transtornos mentais são mais freqüentes do que imaginamos. Uma em cada cinco pessoas terá um diagnóstico de transtorno.

Os transtornos mentais são concebidos como síndromes ou padrões comportamentais ou psicológicos clinicamente importantes e não constituem meramente uma resposta previsível e culturalmente aceita diante de um determinado evento, por exemplo, a morte de um ente querido.

Os tratamentos dos transtornos mentais envolvem o uso de medicamentos e a psicoterapia. Embora os tratamentos alcancem bons resultados na maioria dos casos, o processo exige um período prolongado de acompanhamento.

O TOC – Transtorno Obsessivo-Compulsivo - está classificado como um transtorno de ansiedade, juntamente com o transtorno de pânico, a agorafobia, a fobia social, entre outros. Os transtornos de ansiedade trazem um nível de ansiedade muito elevado, de caráter crônico, incessante e que pode aumentar progressivamente quando não tratado. Há um comprometimento na realização de tarefas, consequência da dificuldade de concentração, da agitação. Há também o aparecimento de fobias, que não são medos exagerados, são irracionais. Em 70% dos casos, estima-se que houve um fator precipitante (eventos de vida estressantes em momentos de vulnerabilidade) identificável.

O TOC é caracterizado essencialmente por idéias obsessivas ou por comportamentos compulsivos recorrentes.

As obsessões são idéias, pensamentos, impulsos ou imagens persistentes que são vivenciados como intrusivos e inadequados e causam acentuada ansiedade ou sofrimento. O indivíduo sente que o conteúdo da obsessão é estranho, que não está dentro de seu próprio controle e nem é a espécie de pensamento que ele esperaria ter. Entretanto, ele é capaz de reconhecer que as obsessões são produto de sua própria mente e não impostas a partir do exterior. As obsessões mais comuns são pensamentos repetidos acerca de contaminação (p. ex., ser contaminado em apertos de mãos), dúvidas repetidas, uma necessidade de organizar as coisas em determinada ordem (p. ex. intenso sofrimento quando os objetos estão desordenados ou assimétricos), impulsos agressivos ou horrorizantes e imagens sexuais. Os pensamentos, impulsos ou imagens não são meras preocupações excessivas acerca de problemas da vida real (p. ex. preocupações financeiras ou profissionais) e provavelmente não estão relacionados a problemas da vida real.

As compulsões são comportamentos repetitivos (p. ex., lavar as mãos, ordenar, verificar) ou atos mentais (p. ex. orar, contar, repetir palavras em silêncio) cujo objetivo é prevenir ou reduzir a ansiedade ou sofrimento. As compulsões ou são claramente excessivas, ou não têm conexão realista com o que visam neutralizar ou evitar. Na maioria dos casos, a pessoa sente-se compelida a executar a compulsão para reduzir o sofrimento que acompanha uma obsessão ou para evitar algum evento ou situação temidos. Por exemplo: indivíduos com obsessão de contaminação podem reduzir seu sofrimento mental lavando as mãos a ponto de irritarem a pele, os indivíduos afligidos por obsessões de terem deixado a porta destrancada podem ser levados a verificar repetidamente a fechadura, em intervalos de minutos.

Nesta altura do texto, antes que você, leitor, identifique em alguém ou em você mesmo o Transtorno Obsessivo-Compulsivo, cabe ressaltar que qualquer pessoa pode manifestar obsessões e compulsões, com maior ou menor grau de intensidade, o que irá caracterizar o TOC é que as obsessões ou compulsões devem causar acentuado sofrimento, consumir muito tempo do indivíduo e prejudicar significativamente seu funcionamento familiar, social e profissional.

Para o portador do TOC, além da psicoterapia e do tratamento medicamentoso, indicam-se também: atividade física regular, alimentação saudável e hábitos de vida que contribuem para uma estabilidade mental.

Lembro, para finalizar, uma frase em latim que todos devem ter ouvido: *Mens sana in corpore sano*, que nos mostra que, se a mente não se encontra bem, isto se reflete no corpo, como também que, se o corpo não se encontra bem, cuidado e saudável, a mente também não consegue harmonia. Por isso, para tratar e também para prevenir qualquer tipo de adoecimento, faz-se necessário um cuidado não só com o corpo, mas também com a mente. E se você, além de tudo isso, ainda almeja uma plenitude interior, cuide também do seu espírito. E a cada ser que trilhar pelo caminho da saúde física, mental e espiritual, mais uma ação está sendo feita para transformar o nosso mundo em um lugar melhor.

Nádia Barbosa da Cruz – Psicodramatista. Psicoterapeuta. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho.

TIPOS DE TOC

A Associação Americana de Psiquiatria classifica os portadores do transtorno obsessivo-compulsivo em subtipos, conforme o modo como a doença se manifesta.

❖ **Limpador:** lava as mãos, toma banho ou limpa objetos sem parar.

❖ **Meticuloso:** tem uma preocupação desmedida com a disposição e a organização dos objetos. Se os bibelôs ocupam determinadas posições em uma mesa, nunca podem ser desviados um centímetro sequer. As roupas são meticulosamente arrumadas por tipos e cores.

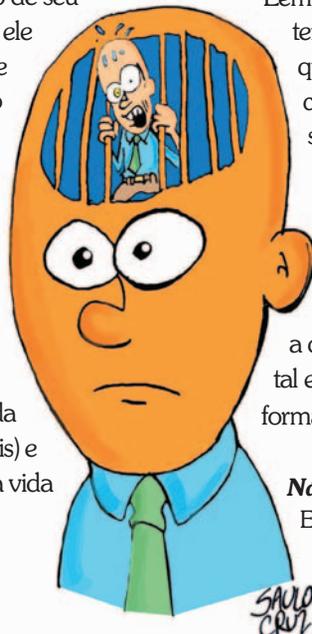
❖ **Colecionador:** coleciona compulsivamente coisas inúteis, como recortes de jornais e revistas, roupas velhas que nunca usa, caixinhas, latas, pedras e até lixo.

❖ **Minucioso:** cumpre um roteiro rígido de comportamentos. Tipo: diariamente, almoça no mesmo restaurante, sempre no mesmo horário, come o mesmíssimo prato, toma a bebida de sempre. Pior: imagina que, se mudar qualquer detalhe em seu script, alguma coisa muito ruim certamente ocorrerá.

❖ **Verificador:** acredita que algo terrível pode acontecer com ele ou com outras pessoas e, por isso, se mantém em estado de alerta todo o tempo. São aqueles que verificam repetidas vezes se a porta está trancada, se a cafeteira elétrica ou o gás foram desligados e a janela, fechada.

❖ **Repetidor:** repete frases ou atitudes, como se seguisse um ritual mágico de proteção. Um exemplo? Todo dia, às 14 horas, não importa onde esteja, a pessoa precisa parar tudo para dar 10 pulos - ou acha que uma tragédia fatalmente ocorrerá.

❖ **Lento:** executa todas as tarefas muito, muito devagar.





Mato Grosso

Juiz em Mato Grosso recebe medalha por serviços prestados

foto: Almerinda Barros



Cel. Victor Hugo, Comandante-Geral da PM/MT, entrega medalha “Homens do Mato” ao Juiz Federal Julier Sebastião

O 1º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Mato Grosso homenageou no dia 5 de setembro, por ocasião do 169º aniversário da PM no Estado, o Juiz Federal Julier Sebastião da Silva, com o diploma e a medalha “Homens do Mato”, pelos grandes serviços prestados pelo magistrado às causas públicas, em especial, à segurança pública do Estado.

O Juiz Federal Julier Sebastião da Silva recentemente assinou sentença declarando o perdimento, em favor da União, de todos os bens, direitos e valores pertencentes aos acusados no processo 2003.36.00.008505-4 e nos apensos 2002.36.00.007100-4 e 2002.36.00.007873-7. Consignando, ainda, que dito patrimônio deverá ser vinculado a gastos em programas sociais e de segurança pública.

No dia 10 de agosto, o 9º Batalhão da Polícia Militar no Estado inaugurou suas instalações, como fiel depositário, de um imóvel onde funcionava um cassino do crime organizado.

Minas Gerais

Justiça Federal contrata deficientes auditivos

Doze profissionais surdos tiveram, no dia 09 de agosto, o seu primeiro dia de trabalho na Justiça Federal em Minas Gerais, graças ao contrato assinado pelo Juiz Federal Diretor do Foro, Renato Martins Prates, e representantes da Feneis – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. O contrato visa à prestação de serviços de digitação e de apoio à autuação de processos dos Juizados Especiais Federais em Belo Horizonte, além do auxílio aos trabalhos da Seção de Benefícios Sociais.

O contrato com a Feneis tem duração de um ano e permitiu a colocação de profissionais a um custo atrativo, pelo fato de a entidade ser isenta da parcela patronal do INSS. Para o recrutamento e seleção dos trabalhadores surdos, a Feneis estabeleceu critérios rigorosos. “A maioria já passou por outros contratos” – informa a psicóloga Adriana Meirelles de Mello, da área de Gestão de Pessoas da Feneis. Ela afirma que o contrato com a Justiça Federal representou uma “promoção” para os candidatos que tiveram destaque em outros empregos obtidos através da entidade.



Auxílio aos Juizados

Foto: Ana Cékia Zorzal

Acre

Juizes Federais no Projeto Soldado Cidadão

Os Juizes Federais Pedro Francisco da Silva e Jair Araújo Facundes, da Justiça Federal do Acre, ministraram aulas de cidadania e Direito Civil aos soldados do exército.

O evento fez parte do projeto “Soldado Cidadão”, cujo objetivo é qualificar os 100 mil soldados que se alistaram para o serviço militar em 2004.

O projeto conta com o trabalho voluntário de 205 juizes federais, que ministram o conteúdo referente aos princípios, à organização do Estado e aos direitos e deveres estabelecidos na Constituição Federal. Com linguagem leve, a cartilha “Justiça: Um passo para a cidadania” foi distribuída aos alunos. O material ajudará os soldados no entendimento das divisões dos poderes no Brasil e dos direitos constitucionais básicos do cidadão.

As aulas ocorreram nos dias 05 e 06 de outubro, no auditório da Seção Judiciária do Acre, e teve a participação de 120 soldados.

Fotos: Franklin Andrade



Ao lado, o Juiz Federal Pedro Francisco e, abaixo, o Juiz Federal Jair Araújo



Roraima

Seminário sobre lavagem de dinheiro e terrorismo

O juiz da 1ª Vara Federal de Roraima, Helder Girão Barreto (último à direita, agachado), participou, no período de 20 a 24 de setembro, em Recife (PE), do II Seminário sobre Financiamento do Terrorismo e Lavagem de Dinheiro, promovido pelo Departamento de Polícia Federal, em parceria com o Federal Bureau of Investigation (FBI) e The Department of the Treasury, estes últimos dos Estados Unidos. Durante cinco dias, juízes federais, procuradores da República, policiais federais, auditores da Receita Federal e outros profissionais da área, num total de 34 pessoas, ouviram palestras proferidas por instrutores brasileiros e americanos e discutiram casos e ações sobre crime organizado. A proposta apresentada pelo juiz Helder Girão, de criação de uma força-tarefa permanente, com a participação de diversos órgãos envolvidos no combate a tais crimes, sugestão que vinha sendo apresentada em Roraima desde 1999, foi aceita por todos como ação eficaz. Na foto, os participantes e instrutores do seminário.

Foto: Marcos Lacerda



Brasil e Estados Unidos discutem, em Recife, crime organizado

Piauí

Aula de cidadania



Alunos atentos às orientações

Como atividade integrante do Programa de Alfabetização de Adultos “Ler para Construir”, uma parceria entre a Justiça Federal/PI, a Secretaria Estadual de Educação e o Banco do Brasil, sob a coordenação do Juiz Federal Rui Gonçalves (3ª Vara), foi ministrada, no último dia 09 de setembro, uma aula de cidadania aos 32 operários que trabalham no canteiro de obras da futura sede da Justiça Federal no Piauí. Na oportunidade, os operários receberam orientações sobre os principais direitos e deveres constitucionalmente assegurados ao cidadão brasileiro e sobre a importância do voto na garantia desses direitos, bem como treinamento da utilização de uma eletrônica. No encerramento foram entregues 11 óculos de grau a operários que apresentaram deficiência visual durante as aulas. A doação dos óculos resultou de um ato de solidariedade dos magistrados e dos servidores da Justiça Federal/PI. O Programa “Ler para Construir” não tem por objetivo apenas alfabetizar os operários do canteiro de obras, mas também contribuir na formação de seres humanos competentes para a vida e a cidadania, cuja conduta reflita um caráter rico de valores humanitários e que simbolize o êxito do conhecimento.

Maranhão

Aprendendo a economizar

A Seção Judiciária do Maranhão realizou, nos dias 23 e 24 de agosto, o curso “Sistema de Registro de Preços e Modalidades de Pregão”. O curso foi resultado do trabalho conjunto do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União, o que garantiu a redução dos custos e a troca de experiências entre os integrantes desses órgãos.

A empresa contratada para a realização do curso foi a Contrei – Consultoria e Treinamento, de Brasília. Ministrado pelo instrutor Fausto Vieira da Cunha Pereira, especialista em licitações públicas e contratos, o curso teve como objetivo tornar as formas de aquisição mais ágeis, propiciando compras de bens e contratação de serviços de boa qualidade a preços justos, dando cumprimento ao princípio da economicidade.

No total, trinta servidores participaram do treinamento, sendo treze da Justiça Federal, e o restante dos outros órgãos. O conteúdo programático abordou questões legais e administrativas, enfatizando a importância do planejamento.



Seções Judiciárias

Bahia

Campanha reúne 140 crianças

A Seção Judiciária da Bahia recebeu, no dia 27 de agosto, a alegria da campanha Prodentinho 2004. O evento, aberto pelo Diretor do Foro em exercício, Juiz Federal Carlos D'Ávila, reuniu cerca de 140 crianças de um a sete anos para realização de diversas atividades voltadas para prevenção e manutenção da saúde bucal.

Os pequenos convidados foram recepcionados pelo personagem do Prodentinho e receberam kits de desenho e lápis de cera com temas de orientação odontológica. Em seguida tiveram uma breve orientação sobre cuidados com a saúde bucal, proferida pelas odontólogas Maria Dulce Ribeiro e Ana Cláudia Meira, da Clínica Sorrir, com o acompanhamento da Dra. Eliana Amoêdo, perita odontológica da Seccional.

Após um lanche, as crianças fizeram a escovação e aplicação de

flúor sob a orientação da equipe do Dr. Marcelo Peixoto e alunos da Faculdade de Odontologia da UFBA. As atividades continuaram com a apresentação da peça teatral "O Sorriso do Lobo Mau", de autoria do servidor Paulo Bassan, da 8ª Vara, interpretada pelos servidores Manoel Paim, Maria Eugênia Lage, Fátima Riccio e Rosane Cerqueira.

Foto: Marivaldo Barreto



Crianças recebem orientações sobre escovação

Goiás

Nova direção do Foro

O Juiz Federal Leonardo Buissa Freitas transmitiu a função de Diretor do Foro ao Juiz Federal Leão Aparecido Alves no dia 06 de agosto, em cerimônia na própria Diretoria do Foro. O evento contou com a presença de juízes federais, de diretores de vara e núcleo e de alguns servidores da 11ª Vara. Abrindo a cerimônia, o Juiz Federal Leonardo Buissa proferiu discurso em que lembrou a colaboração dos servidores da administração para o bom andamento dos serviços administrativos e judiciais e teceu elogios à Diretora da Secretaria Administrativa.

Em suas palavras, o Juiz Federal Leão Aparecido enalteceu a qualidade dos serviços prestados e solicitou a colaboração de todos, magistrados e servidores, para a continuação do trabalho das gestões anteriores. Na ocasião, a servidora Luzelena Maria de Fátima Moreira assumiu a função de Diretora da Secretaria Administrativa em substituição a Ádina Maria Corsi, que deixou a função.



Foto: Rosane Terezinha de Souza Correia

Amapá

JEF itinerante fluvial em Laranjal e Vitória do Jari

No dia 07 de agosto (sábado), a equipe da 3ª Vara da Justiça Federal no Amapá (Juizado Especial Federal), composta pelo Juiz Federal Substituto Arthur Pinheiro Chaves, por seis servidores e quatro estagiários, partiu do município de Santana/AP, com destino a Laranjal do Jari/AP, para realização de Juizado Especial Federal itinerante fluvial, utilizando o Barco "Tribuna a Justiça Vem a Bordo", do TJ/AP. A utilização da embarcação pela Justiça Federal para realização do Juizado itinerante foi possibilitada por convênio firmado entre o TRF-1ª Região e o TJ/AP. A viagem durou aproximadamente 20 horas, tendo a chegada a Laranjal do Jari ocorrido às 17h do dia 08 de agosto (domingo). O itinerante realizado por meio do Barco "Tribuna a Justiça Vem a Bordo" beneficiou os habitantes do município de Vitória do Jari/AP, localidade de difícil acesso por via terrestre, em face das

características geográficas da região amazônica. Nessa fase do itinerante foram atendidos os municípios de Laranjal do Jari, nos dias 09, 10, 12 e 13 de agosto, e de Vitória do Jari, nos dias 10 e 11 de agosto. Foram efetuados 711 atendimentos, 157 atermações e 54 perícias médicas destinadas a instruir processos de natureza previdenciária. Das atermações feitas pelos servidores, 81 foram de matéria previdenciária; e 49, de FGTS/PIS. Na 3ª fase do itinerante fluvial, a ocorrer em outubro, serão realizadas 86 audiências de conciliação, instrução e julgamento e atermados os pedidos de pessoas que não puderam ser atendidas na 2ª fase devido à elevada demanda. Ainda foram beneficiados os menores deficientes da Apae de Laranjal do Jari, os quais, em razão da presença do JEF itinerante na região, tiveram a possibilidade de pleitear a concessão de benefícios assistenciais.

Subseções Judiciárias

Uberlândia/MG

II Encontro Regional de Juizes Federais do Interior

Realizou-se, na cidade de Uberlândia/MG, o II Encontro Nacional de Juizes Federais do Interior, organizado pela Ajufe – Associação dos Juizes Federais do Brasil –, no período de 25 a 27 de agosto de 2004, e que contou com a participação de juizes federais representantes das cinco regiões do Brasil. O Encontro aconteceu no *Center Convention*, onde também ficaram hospedados os participantes, e contou com uma vasta programação, incluindo abertura, conferências, painéis e palestras com diversificados temas de grande importância para a magistratura no interior: “O processo de interiorização”, “A instalação de uma vara federal no interior, sua repercussão e conseqüências”, “As experiências dos magistrados na interiorização”, “A especialização por matéria nas Varas Federais interiorizadas”, entre outros. O Juiz Federal Lincoln Rodrigues de Faria, titular da 1ª Vara, é membro do Conselho Fiscal da Ajufe e muito se empenhou para que relevante evento pudesse ser realizado na cidade mineira.



Foto: Gleiner Mendonça Machado

Mesa de autoridades na solenidade de Abertura do II Encontro Nacional de Juizes Federais do Interior-Ajufe

Santarém/PA

Comemoração

No dia 11 de agosto, em comemoração da semana do advogado, o Juiz Federal Fabiano Verli, da Subseção de Santarém, proferiu palestra no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil local sobre o tema “Ética, Eleições e o Judiciário”, a convite da própria OAB, por seu presidente, Rodolfo Geller.

Ainda em festejo pela semana do advogado, os servidores da Subseção participaram do tradicional torneio esportivo de futebol promovido pela OAB de Santarém no dia 14 de agosto, na sede do Iate Clube da cidade, tendo sido a equipe da Justiça Federal a campeã do torneio.



Equipe campeã

Foto: Gleiner Mendonça Machado

Tabatinga/AM

Homenagem

No dia 10 de setembro, a Justiça Federal – Seção Judiciária do Amazonas – realizou mais uma homenagem à saudosa Juíza Federal Fabíola Bernardi, falecida no dia 14 de maio de 2004 no trágico acidente com a aeronave da Rico Linhas Aéreas.

Na Subseção Judiciária de Tabatinga, onde a Juíza exerceu por 74 dias a coordenação, houve missa em memória da magistrada, seguida do descerramento da placa com a designação do Fórum da Subseção Judiciária, que recebeu o nome da Juíza Federal, em atendimento à decisão do Conselho de Administração do TRF da 1ª Região no processo 3.371/2004-TRF.

Estiveram presentes ao evento os familiares, além das autoridades do município e servidores da Subseção Judiciária.

Foto: Mário César de Queiroz



Israel Santana, que estava noivo da homenageada, e Alessandra Bernardi irmã da juíza, diante da placa, que designa a Subseção Judiciária de Tabatinga.



Atividades realizadas pela Assejufe

A Associação dos Servidores da Justiça Federal (Assejufe) continua realizando vários eventos para promover o lazer e a cultura dos servidores da Justiça Federal. Entre as atividades realizadas pela Assejufe durante os meses de agosto e setembro, estão a exposição de carros do Clube Coupé, sorteios de convites para a 12ª Micarecandanga, a realização do futebol soquete masculino e feminino e a inauguração do salão de festas.

Encontro automotivo – No dia 29 de agosto, o Centro de Treinamento dos Juizes Federais (Centrejufe) foi palco de encontro

do Clube Coupé. O Clube reúne pessoas de todas as idades que têm em comum a paixão pelos carros. O encontro automotivo reuniu em uma exposição vários carros esportivos e mostrou como esse tipo de encontro pode ser um ambiente saudável e para toda a família.

Sorteios – Época de Micarecandanga em Brasília, e a Assejufe não poderia deixar os associados de fora. No dia 25 de agosto a Associação sorteou três convites, um para cada dia de *show*, com direito a acompanhante, para os servidores apreciarem a festa do camarote. O servidor Robério Celestino

de Sousa, da Presidência do TRF, foi agraciado com convite para o sábado. Robério presenteou sua filha com o convite, que curtiu a festa ao lado do namorado e elogiou a organização do evento. O servidor acredita que esse tipo de iniciativa da Assejufe deva prevalecer nas demais atividades de cunho cultural que acontecem na cidade.

Além de Robério, as servidoras Maria do Carmo Barbosa dos Santos, da 23ª Vara da Justiça Federal, e Hila Suzane Martini E Silva, da Coordenadoria de Taquigrafia, também tiveram a oportunidade de assistir à Micarecandanga do camarote.



Exposição de carros esportivos no Centrejufe

Futebol e integração – A tradicional “pelada” dos servidores no Centrejufe é realizada todas as quartas-feiras, às 9h. E engana-se quem pensa que futebol é esporte só para homens; as mulheres mostram que também entendem de futebol. Servidoras, prestadoras de serviço e estagiárias treinam o esporte nos finais de semana, também no Centrejufe. Aquelas que desejam participar podem fazer o cadastro na Secretaria da Associação ou pelo ramal 570.

Salão reformado – Outro benefício que a Assejufe promoveu foi a melhoria do espaço para comemorações no Centrejufe. O salão de festas foi totalmente reformado. Agora só falta a parte superior do prédio, que abriga as saunas, posto médico, piscina e banheiros externos, para que a reinauguração oficial seja feita.



Novo aspecto do salão de festas

Convênio – E como o objetivo da Assejufe é beneficiar não somente os servidores, mas também seus dependentes, foi firmado, no dia 13 de setembro, convênio entre a Associação e o Late Clube de Brasília. O acordo foi feito para que as atividades do Centro Infante-Juvenil do Late sejam realizadas pelos dependentes dos associados da Assejufe com idades entre três e 12 anos. Acompanhamento pedagógico, aulas de informática, inglês, dança e iniciação esportiva (natação, futebol, capoeira e tênis) são as atividades do convênio, além da festa junina, colônia de férias e o dia das crianças.

Para participar, o responsável deve apresentar carteira de identidade, acompanhada da carteira social e da carteira da criança, diretamente na Secretaria do Late Clube.

Um atleta de ouro, do Tribunal

Em nenhum outro momento de sua vida, Antônio Felicíssimo Neto, técnico judiciário lotado no setor de segurança do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, sentiu-se mais livre do que quando largou um vício em prol da carreira de maratonista. “Fui um fumante que levantava altas horas da noite e saía para comprar cigarros caso me faltassem”.

Com muita garra e força de vontade, o nosso atleta optou por uma vida saudável, e descobriu-se um maratonista!

Os primeiros incentivadores de Felicíssimo foram sua esposa, Maria do Bom Conselho Gomes da Silva Felicíssimo, também servidora do TRF-1ª Região, e seus filhos, Roberta e Marcelo Gomes Felicíssimo. E, apesar da falta de patrocínio e de incentivo do Estado no início de sua carreira, ele nunca desistiu de seu propósito.

“Antes da metade dos anos 90 não se falava em nada que proporcionasse maiores oportunidades aos atletas dessa modalidade. Os atletas que conseguiram se destacar no cenário nacional e internacional o fizeram na pureza da raça, no sacrifício e na coragem.”

Há 15 anos trabalhando no TRF-1ª Região, Antônio Felicíssimo ainda encontra tempo para conciliar o cargo de técnico judiciário à vida de maratonista: “Hoje, o Estado oferece alguns benefícios ao mundo do atletismo, como, por exemplo, uma lei do Distrito Federal que permite aos atletas amadores se ausentarem do trabalho uma hora antes para o treino.”

Tendo em seu currículo maratonas importantíssimas para a história do atletismo brasileiro - A Primeira Corrida em Comemoração dos 20 anos de Brasília (20km); Maratona de Brasília 1995 (42,195 km);

Meia Maratona Brasília 2000 (21,097km); Meia Maratona Brasília 2001 (21,097km); Corrida do Fogo 2002 (10km); 10ª Corrida do Carteiro (2002).

Embora não haja grandes preocupações com a balança, Felicíssimo afirma que o principal ingrediente para alcançar êxito em uma maratona é ter acompanhamento técnico, uma boa alimentação e muita força de vontade. “Próximo às competições, procuro ingerir alimentos ricos em carboidratos e abusar das frutas e verduras; procuro não ingerir muito sal. Evito ambientes poluídos, alongo-me sempre antes e depois dos treinamentos e durmo pelo menos oito horas diárias”, revelou.

Sobre o exemplo de Vanderley de Lima, maratonista brasileiro que foi surpreendido por um fanático durante uma competição em Atenas, perdendo assim a medalha de ouro que lhe cabia, Felicíssimo comenta:

“Wanderley deixou claro para os brasileiros que a glória de um atleta não está em suas medalhas, mas na capacidade do perdão e da solidariedade.”



A vida de Antônio Felicíssimo, como sugere o nome, não poderia ser diferente, é um poço de felicidade!!

TV Justiça e Via Legal: dois anos no ar

No dia em que se comemora no país a criação dos cursos jurídicos – 11 de agosto – a TV Justiça (TVJ), canal administrado pelo Supremo Tribunal Federal, completa dois anos de atividades, oferecendo ao público não-especializado em Direito 24 horas de uma programação diversificada sobre o funcionamento do Poder Judiciário e das funções essenciais à Justiça.

Nesse período, o TRF da 1ª Região manteve-se fiel na parceria com a emissora, participando diariamente dos dois jornais diários da TVJ e produzindo os programas Lições de Direito, Momento Jurídico e Fórum Entrevista.

Ao mesmo tempo em que surgia a nova emissora, o Conselho da Justiça Federal, há dois anos, colocava no ar, pela TV Justiça e também pela TV Cultura, o programa Via Legal, produzido em parceria com os cinco Tribunais Regionais Federais. O Programa destaca-se no meio jornalístico por cumprir o papel

social de aproximar o cidadão comum da realidade e do cotidiano da Justiça Federal. É ainda reconhecido nacionalmente por sua qualidade editorial, tendo inclusive recebido prêmios importantes no Jornalismo brasileiro, entre os quais, o Prêmio Wladimir Herzog, o mais importante do jornalismo na área de Direitos Humanos.

Para comemorar os dois anos de sucesso, uma edição especial de aniversário mostrou como o Via Legal tem contribuído para que a população conheça melhor a Justiça Federal. Cada Região apresentou matéria especial mostrando os reflexos do programa na vida das pessoas. Em Brasília, a editora regional do TRF, Vera Carpes, mostrou como uma reportagem sobre crimes de imprensa, feita a partir de uma decisão do TRF, serviu de base para a formação de alunos do curso de jornalismo de uma faculdade da Capital.





2 Decisões do TRF-1ª Região



Gratuidade de transportes para idosos suspensa

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) não poderá, por enquanto, fiscalizar e punir as empresas de transporte interestaduais que não disponibilizarem duas vagas gratuitas para os idosos com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos, conforme estipulado pelo estatuto do idoso. Decisão do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian suspende decisão anterior e restabelece liminar concedida pelo juízo da 14ª Vara Federal do DF.

Em análise do mandado de segurança impetrado pela Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati), o relator, Desembargador Federal Jirair Meguerian, ao conceder a medida liminar, entendeu que não se estabeleceram regras administrativas para comprovação da renda máxima do passageiro, já que “ao admitir a comprovação mediante carnê de contribuições ao INSS, permite que qualquer autônomo que recolha sobre um ou dois salários-mínimos para o INSS, apesar de possuir renda de vulto, se profissional bem sucedido e titular de elevados planos de previdência privada, como médicos, advogados, arquitetos e tantos outros, possa beneficiar-se da gratuidade, uma vez que inexistente obrigatoriedade de recolhimento de contribuição previdenciária acima do teto mínimo.” Ademais, não há lei específica tratando de cálculos de reposição do equilíbrio financeiro para as empresas se adaptarem à nova realidade.

Esclareceu, ainda, o relator que a decisão de 1ª instância está devidamente fundamentada ao apontar perigo na demora da suspensão da fiscalização, na iminência da entrada em vigor do Decreto nº 5.130, de 07.07.2004, que prevê, de forma expressa, a norma segundo a qual as empresas permissionárias devem, mensalmente, informar às Agências Nacionais de Regulação dos Transportes Terrestre e Aquaviário a movimentação de usuários idosos, por linha e por situação, e respalda-se em princípios legais, quando afirma que a execução da gratuidade gerará desequilíbrio econômico-financeiro ao contrato de concessão.

Finalmente, alerta o Desembargador que parecer da própria consultoria jurídica do Ministério dos Transportes havia concluído pela necessidade de uma lei específica para regulamentar a questão, não bastando mero decreto como foi feito. 2004.01.00.037268-5/DF

Funai e cacique devem ser intimados quando envolvidas questões indígenas

Suspensa decisão que deferira liminarmente reintegração na posse do imóvel denominado Fazenda Tatu, situado em Roraima e inserto nos limites da reserva indígena Raposa Serra do Sol, objeto de disputa judicial. A decisão da Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, do TRF-1ª Região, visa à regulamentação da intimação processual das partes, evitando irregularidades que venham a ensejar futura arguição de nulidade do processo. Assim, a decisão ordena a intimação, não realizada em 1ª instância, da comunidade indígena Maturuca, na pessoa do cacique - chefe da comunidade - e a da Funai, que, não tendo ainda sido incluída como parte, deverá ser intimada, já que, conforme posto pela Desembargadora “à FUNAI compete institucionalmente a tutela especial dos indígenas e de suas comunidades e a defesa de suas terras. A jurisprudência tem consagrado a legitimidade solidária da União e da FUNAI para proteção da posse das comunidades indígenas sobre suas terras”. A decisão ordena igualmente que se intime o Ministério Público de forma válida, como prevista em lei. Assim, a audiência de justificação deverá ser precedida da regular intimação das partes interessadas e do MPF. AG 2004.01.00.039704-5/DF

Sigilo bancário de operações de crédito do Banco do Brasil

Mantido sigilo bancário de operações de crédito estabelecidas por contrato entre o Banco do Brasil e as empresas Gremafer Comercial Importadora Ltda e Aceto Vidro e Cristais Ltda, no período de 1993 a 2004, tendo em vista a incompetência da Justiça Federal para julgar o caso. A decisão é da Quarta Turma do TRF-1ª Região.

A solicitação de quebra de sigilo, requerida pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, havia sido atendida pelo juízo da 10ª Vara do DF para instruir processo de tomada de contas em curso no TCU. A tomada foi instaurada para averiguar suposta concessão irregular de empréstimos e recomposição de dívidas das duas empresas em prejuízo do erário, por motivos políticos, já que ambas teriam contribuído para a campanha política de José Serra, candidato ao Senado em 1994.

Ao analisar a questão, o relator do processo, Desembargador Federal Carlos Olavo, esclareceu que o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União não tem legitimidade para formular o requerimento de quebra de sigilo bancário. Segundo ele, o órgão não pode promover ação penal e, portanto, não pode solicitar quebra de sigilo, já que o Ministério Público junto ao TCU é órgão interno do Tribunal e não integra a estrutura do Ministério Público Federal.

Com relação à impugnação da tomada de contas realizada no Banco do Brasil pelo TCU, o magistrado considerou que, sendo a instituição uma sociedade de economia mista, a atuação do TCU com relação a contratos firmados entre o Banco e particulares, sem a utilização de verba pública, é ilegítima. Sendo assim, por inexistir interesse da União, a Justiça Federal é incompetente para processar e julgar o feito, devendo ser cassada a decisão de primeira instância que determinou a quebra do sigilo bancário. HC 20040100033519-7/DF

Decisões das Seções Judiciárias

Carcinicultura

O Juiz Substituto da 1ª Vara Federal, Francisco Hélio Camelo Ferreira, decidiu, em sede de liminar, que o Delegado Federal da Agricultura no Piauí se abstenha de exigir das empresas filiadas à Associação dos Criadores de Camarão do Piauí, o Certificado Sanitário para o transporte de camarão *in natura*, desde que o produto seja exclusivamente destinado a servir como matéria-prima junto ao estabelecimento beneficiador destinatário.

O pedido da Associação dos Criadores de Camarão do Piauí, representante dos empresários carnicultores do Estado, objetivou autorização para promover o transporte de matéria-prima – camarão *in natura* – para unidades de beneficiamento fora do Estado, sem o acompanhamento do Certificado Sanitário, exigência da Delegacia Federal da Agricultura no Piauí.

Entendeu o magistrado, que a matéria versada nos autos – obrigatoriedade da inspeção industrial e sanitária dos produtos e matérias-primas de origem animal em trânsito – encontra-se disciplinada pela Lei nº 1.283/50, que dispõe em seus dispositivos legais que a inspeção sanitária deve ocorrer nos locais onde se processa o beneficiamento do produto, pelo que não vislumbrou, “à primeira vista, plausibilidade na exigência de que também sejam inspecionados em sua origem, desde que, frise-se, sejam transportados e utilizados **exclusivamente como matérias-primas.**”



PIAUI

Área ambiental protegida de atividade econômica predatória

É de autoria do juiz federal substituto da 2ª Vara Federal, João Carlos Cabrelon de Oliveira, quando respondia pela 1ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia, a decisão, com data de 30 de julho, que determinou a suspensão imediata de atividades econômicas, com especialidade em extração de madeira, nas áreas da Reserva Extrativista Jaci-Paraná, Terra Indígena Karipuna, Parque Ecológico Guajará-Mirim e Floresta Nacional do Bom Futuro, num total de mais de 800 mil hectares. Foi fixada uma multa diária de 10 mil reais no caso de descumprimento da ordem judicial.

O magistrado acatou pedido do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado de Rondônia na Ação Civil Pública nº 2004.1887-3, onde consta denúncia de grande degradação ambiental nos municípios de Porto Velho, Burititá e Nova Mamoré.

Ao analisar a legislação ambiental, tanto federal quanto estadual, que normatiza a questão, o juiz federal entendeu que “todo o arcabouço normativo aponta para uma utilização deveras restrita da área *sub judice*, na qual a intervenção humana deve ser mínima, marcada, no máximo, por atividades extrativistas e de manejo florestal sustentável. De acordo com as alegações trazidas na inicial, documentos que a lastreiam e pelas próprias assertivas dos requeridos, em suas manifestações preliminares, é observável, ainda em sede de cognição sumária, que essa ocupação humana desordenada, em clara desobediência às normas ambientais, tem ocorrido, no mínimo, em face da forte omissão de todos, quando não com o apoio desses”.

Destacou também: “ao menos dois aglomerados populacionais, denominados União Bandeirantes e Jacinópolis, estão se formando com o apoio decisivo dos municípios da região e do próprio Estado de Rondônia, em áreas absolutamente inapropriadas. Chama a atenção, pela extensão da área já ocupada, o aglomerado conhecido como União Bandeirantes, do qual há várias fotos aéreas trazidas aos autos. Esse aglomerado encontra-se localizado em área especialmente sensível, subzona 2.1, nos limites do entorno da Resex Jaci-Paraná e da TI Karipuna, em que é inadmissível a formação de núcleos populacionais”.

Ressaltou ainda o magistrado que “diversas empresas madeireiras encontram-se instaladas no município de Burititá e em União Bandeirantes. A matéria-prima para seus funcionamentos há de vir da região adjacente...” E acrescenta: “Verifico, ainda em sede preliminar, que restou evidente a ocorrência de danos ambientais nas áreas de preservação em questão, bem como a potencialidade da ocorrência e continuidade desses fatos danosos, agravando ainda mais essa situação, a indicar a necessidade premente de adoção das providências ora requeridas, que se mostrem aptas a minorá-las, com o mínimo de gravame às populações eventualmente atingidas pela decisão judicial. A área de incidência da medida liminar é delimitada pela área total da Flona Bom Futuro, PE Guajará-Mirim, Resex Jaci-Paraná e TI Karipuna e pelo entorno dessas áreas, consistente num raio de 10 quilômetros, tal como previsto pela Resolução 013/1990 e pelas áreas de subzona 2.1 e 2.2 a elas também adjacentes”.



RONDÔNIA



Morre ex-presidente do Tribunal



Membro do TRF-1ª Região desde a instalação do órgão, o Desembargador Federal aposentado Hermenito Dourado faleceu aos 80 anos de idade, em acidente rodoviário ocorrido no dia 22 de agosto, nas proximidades de Bom Jesus da Lapa/BA.

Há dez anos, o magistrado se aposentou, quando exercia a função de presidente desta Corte, no período de 30 de março de 1993 a 6 de junho de 1994.

Hermenito Dourado nasceu na cidade de Irecê/BA e bacharelou-se em Direito em 1954, dando início a uma trajetória dedicada principalmente ao Poder Judiciário.

Entre os cargos que exercera na vida pública estão o de Deputado Estadual na Bahia, de 1957 a 1959; de Membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do DF, nos biênios 1964/1966, 1984/1986 e 1987/1989. Em 1969 exerceu a função de Juiz do Tribunal de Justiça Desportiva e, em 30 de março de 1989, foi empossado Juiz deste Tribunal.

O Desembargador Federal recebeu algumas condecorações e indicações em reconhecimento de seu trabalho, entre elas estão a Medalha do Grande Pacificador, concedida em 1966, e as três indicações, pelo Supremo Tribunal Federal, a ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

Hermenito Dourado foi, ainda, professor de Direito Administrativo da Universidade de Brasília e do UniCeub.

Em homenagem ao Desembargador, foi realizada, no dia 20 de setembro, a missa de trigésimo dia em memória do magistrado no salão nobre desta Corte. Proposta de outra homenagem foi submetida ao Presidente do Tribunal pelo Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, a de denominar a Esmaf de Escola da Magistratura Federal da 1ª Região Desembargador Federal Hermenito Dourado. A proposta deve ser ainda apreciada pelo Tribunal.

“Um homem que possui uma grande riqueza interior é capaz de grandes e de múltiplas realizações”

(M. Juritsch)

Algumas decisões que foram tomadas na gestão do Desembargador Federal Hermenito Dourado como Presidente desta Corte, que beneficiam até hoje os servidores do Tribunal:

✓ No dia 18/06/1993 – as servidoras puderam usar calça comprida.

✓ 10/05/1993 – Os servidores do TRF e das Seções Judiciárias da 1ª Região passaram a cumprir uma jornada de trabalho de 35 horas semanais, em vez de 40 horas.

Servidores do Judiciário terão reajuste da GAJ

Agora é lei. O aumento parcelado da Gratificação de Apoio Judiciário – a GAJ – tornou-se realidade no contracheque dos servidores do Poder Judiciário. O projeto de reajuste do percentual da Gratificação, de 12% para 30% do vencimento básico, foi sancionado no dia 16 de setembro pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com o crédito suplementar que garantiu a implementação da primeira parte do pagamento.

Os servidores receberam a primeira parcela do aumento da gratificação, que passou para 20%, no final de setembro, com retroação a julho, após esforço concentrado do Presidente para pagamento em folha suplementar. A segunda parcela, os 10% restantes, será conferida em novembro de 2005.

Para os servidores do Poder Judiciário, que estão às voltas com o Governo Federal desde o mês de fevereiro de 2004, tentando garantir um mínimo de reajuste em seus vencimentos, inclusive enfrentando movimento paredista que durou 21 dias, o reajuste da GAJ vem como paliativo para a falta de uma política salarial definida para os servidores públicos.

Plano de Carreira – Além do aumento da Gratificação de Apoio Judiciário, uma comissão interdisciplinar do Judiciário – composta por um membro de cada tribunal superior, e do TJDF, do Conselho da Justiça Federal, do Sindjus-DF e da Fenajufe – elaborou anteprojeto de lei do novo plano de carreira dos servidores do Judiciário. Durante três meses, a comissão realizou reuniões setoriais com servidores de todos

os tribunais para debater as propostas e levantar sugestões, que também chegaram via e-mail a delegados sindicais. De acordo com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público no DF, Roberto Policarpo, a comissão apresentou propostas inovadoras, mesmo com algumas limitações, dando atenção especial para o desenvolvimento da carreira. “O primeiro PCS priorizou as funções comissionadas, e o cargo efetivo ficou muito aquém; na segunda revisão, houve uma alteração na tabela. Nesta proposta, além da alteração da tabela, haverá uma melhora no quadro efetivo com a possibilidade real de crescimento e valorização para os servidores”, destacou.

Confira os novos valores da Gratificação de Apoio Judiciário:

			SITUAÇÃO EM JULHO DE 2004				SITUAÇÃO EM JANEIRO DE 2005					SITUAÇÃO EM NOVEMBRO DE 2005				
CAR	CI	PAD	VENCIM.	GAJ 12%	GAJ 20%	Aumento GAJ - RS	VENCIM.	GAJ 12%	GAJ 20%	Aumento GAJ - RS	Aumento PCS	Aumento PCS e GAJ	VENCIM.	GAJ 20%	GAJ 30%	Aumento GAJ - RS
A	C	15	4.417,92	530,15	883,58	353,43	5.009,29	601,11	1.001,86	400,74	662,33	1.063,07	5.009,29	1.001,86	1.502,79	500,93
	C	14	4.258,57	511,03	851,71	340,68	4.840,89	580,91	968,18	387,27	652,19	1.039,46	4.840,89	968,18	1.452,27	484,09
	C	13	4.105,13	492,62	821,03	328,41	4.678,15	561,38	935,63	374,25	641,78	1.016,03	4.678,15	935,63	1.403,44	467,81
	C	12	3.957,33	474,88	791,47	316,59	4.520,87	542,50	904,17	361,67	631,16	992,83	4.520,87	904,17	1.356,26	452,09
	C	11	3.815,02	457,80	763,00	305,20	4.368,89	524,27	873,78	349,51	620,33	969,84	4.368,89	873,78	1.310,67	436,89
	B	10	3.677,95	441,35	735,59	294,24	4.222,02	506,64	844,40	337,76	609,36	947,12	4.222,02	844,40	1.266,61	422,20
	B	9	3.545,92	425,51	709,18	283,67	4.080,08	489,61	816,02	326,41	598,25	924,66	4.080,08	816,02	1.224,02	408,01
	B	8	3.418,76	410,25	683,75	273,50	3.942,92	473,15	788,58	315,43	587,05	902,48	3.942,92	788,58	1.182,88	394,29
	B	7	3.296,27	395,55	659,25	263,70	3.810,37	457,24	762,07	304,83	575,79	880,62	3.810,37	762,07	1.143,11	381,04
	B	6	3.178,26	381,39	635,65	254,26	3.682,27	441,87	736,45	294,58	564,49	859,07	3.682,27	736,45	1.104,68	368,23
T	A	5	3.064,59	367,75	612,92	245,17	3.558,47	427,02	711,69	284,68	553,15	837,83	3.558,47	711,69	1.067,54	355,85
	A	4	2.955,08	354,61	591,02	236,41	3.438,85	412,66	687,77	275,11	541,82	816,93	3.438,85	687,77	1.031,65	343,88
	A	3	2.849,59	341,95	569,92	227,97	3.323,24	398,79	664,65	265,86	530,49	796,35	3.323,24	664,65	996,97	332,32
	A	2	2.747,93	329,75	549,59	219,84	3.211,52	385,38	642,30	256,92	519,21	776,13	3.211,52	642,30	963,46	321,15
	A	1	2.650,00	318,00	530,00	212,00	3.103,56	372,43	620,71	248,28	507,98	756,26	3.103,56	620,71	931,07	310,36
	C	15	2.645,14	317,42	529,03	211,61	2.999,22	359,91	599,84	239,94	396,56	636,50	2.999,22	599,84	899,76	299,92
	C	14	2.549,74	305,97	509,95	203,98	2.898,40	347,81	579,68	231,87	390,49	622,36	2.898,40	579,68	869,52	289,84
	C	13	2.457,88	294,95	491,58	196,63	2.800,95	336,11	560,19	224,08	384,25	608,33	2.800,95	560,19	840,29	280,10
	C	12	2.369,39	284,33	473,88	189,55	2.706,79	324,81	541,36	216,54	377,89	594,43	2.706,79	541,36	812,04	270,68
	C	11	2.284,18	274,10	456,84	182,74	2.615,80	313,90	523,16	209,26	371,41	580,67	2.615,80	523,16	784,74	261,58
É	B	10	2.202,11	264,25	440,42	176,17	2.527,86	303,34	505,57	202,23	364,84	567,07	2.527,86	505,57	758,36	252,79
	B	9	2.123,05	254,77	424,61	169,84	2.442,88	293,15	488,58	195,43	358,20	553,63	2.442,88	488,58	732,86	244,29
	B	8	2.046,92	245,63	409,38	163,75	2.360,75	283,29	472,15	188,86	351,49	540,35	2.360,75	472,15	708,23	236,08
	B	7	1.973,59	236,83	394,72	157,89	2.281,39	273,77	456,28	182,51	344,74	527,25	2.281,39	456,28	684,42	228,14
	B	6	1.902,93	228,35	380,59	152,24	2.204,69	264,56	440,94	176,38	337,97	514,35	2.204,69	440,94	661,41	220,47
	B	5	1.834,88	220,19	366,98	146,79	2.130,57	255,67	426,11	170,45	331,17	501,62	2.130,57	426,11	639,17	213,06
	A	4	1.769,31	212,32	353,86	141,54	2.058,95	247,07	411,79	164,72	324,39	489,11	2.058,95	411,79	617,68	205,89
	A	3	1.706,13	204,74	341,23	136,49	1.989,73	238,77	397,95	159,18	317,63	476,81	1.989,73	397,95	596,92	198,97
	A	2	1.645,28	197,43	329,06	131,63	1.922,84	230,74	384,57	153,83	310,87	464,70	1.922,84	384,57	576,85	192,28
	A	1	1.586,64	190,40	317,33	126,93	1.858,20	222,98	371,64	148,66	304,15	452,81	1.858,20	371,64	557,46	185,82
O	C	15	1.583,75	190,05	316,75	126,70	1.795,73	215,49	359,15	143,66	237,42	381,08	1.795,73	359,15	538,72	179,57
	C	14	1.526,62	183,19	305,32	122,13	1.735,36	208,24	347,07	138,83	233,79	372,62	1.735,36	347,07	520,61	173,54
	C	13	1.471,60	176,59	294,32	117,73	1.677,02	201,24	335,40	134,16	230,07	364,23	1.677,02	335,40	503,11	167,70
	C	12	1.418,63	170,24	283,73	113,49	1.620,65	194,48	324,13	129,65	226,25	355,90	1.620,65	324,13	486,19	162,06
	C	11	1.367,61	164,11	273,52	109,41	1.566,16	187,94	313,23	125,29	222,37	347,66	1.566,16	313,23	469,85	156,62
	B	10	1.319,99	158,40	264,00	105,60	1.513,51	181,62	302,70	121,08	216,73	337,81	1.513,51	302,70	454,05	151,35
	B	9	1.281,84	153,82	256,37	102,55	1.462,63	175,52	292,53	117,01	202,49	319,50	1.462,63	292,53	438,79	146,26
	B	8	1.244,96	149,39	248,99	99,60	1.413,45	169,61	282,69	113,08	188,72	301,80	1.413,45	282,69	424,04	141,35
	B	7	1.209,32	145,12	241,86	96,74	1.365,93	163,91	273,19	109,27	175,41	284,68	1.365,93	273,19	409,78	136,59
	B	6	1.174,88	140,99	234,98	93,99	1.320,02	158,40	264,00	105,60	162,56	268,16	1.320,02	264,00	396,01	132,00
R	A	5	1.141,60	136,99	228,32	91,33	1.275,64	153,08	255,13	102,05	150,13	252,18	1.275,64	255,13	382,69	127,56
	A	4	1.109,43	133,13	221,89	88,76	1.232,76	147,93	246,55	98,62	138,12	236,74	1.232,76	246,55	369,83	123,28
	A	3	1.078,35	129,40	215,67	86,27	1.191,32	142,96	238,26	95,31	126,52	221,83	1.191,32	238,26	357,39	119,13
	A	2	1.048,32	125,80	209,66	83,86	1.151,27	138,15	230,25	92,10	115,31	207,41	1.151,27	230,25	345,38	115,13
	A	1	1.019,29	122,31	203,86	81,55	1.112,57	133,51	222,51	89,01	104,47	193,48	1.112,57	222,51	333,77	111,26

Fonte: Sindjus-DF

Para maiores informações sobre a íntegra do anteprojeto, acesse www.sindjusdf.org.br.



Espaço literário

Frentes frias

Antigamente, as quatro estações do ano eram bem definidas, o que não acontece nos dias atuais. Segundo os entendidos, aqueles que estão sempre a pesquisar esses assuntos, a culpa é do homem, animal poluidor por excelência. Tanto fez, que conseguiu até perfurar a camada de ozônio, causa primeira da mudança do tempo em todo o mundo, cada vez mais quente. Em conseqüência, o inverno, pelo menos em nossa região, a Sudeste, mudou de uma estação de temperaturas um pouco mais baixas – embora toleráveis – para uma estação de temperaturas amenas, entrecortadas pelas chamadas *frentes frias*. O curioso é que as suas visitas, quase sempre, acontecem nos finais de semana. Segundo a minha vizinha Dona Vera, o Uruguai e a Argentina, de onde elas são oriundas, são locais frios, pouco agradáveis. Assim, elas preferem passar os fins-de-semana por aqui, perturbando a todos. Deve ser mesmo assim, pois basta chegar a sexta-feira para que ela saia para a sua caminhada matinal, toda protegida. Meias de lã, várias blusas, gorro e luvas, além do inseparável maço de cigarros. Ao encontrá-la no corredor, saúdo-a todo animado.

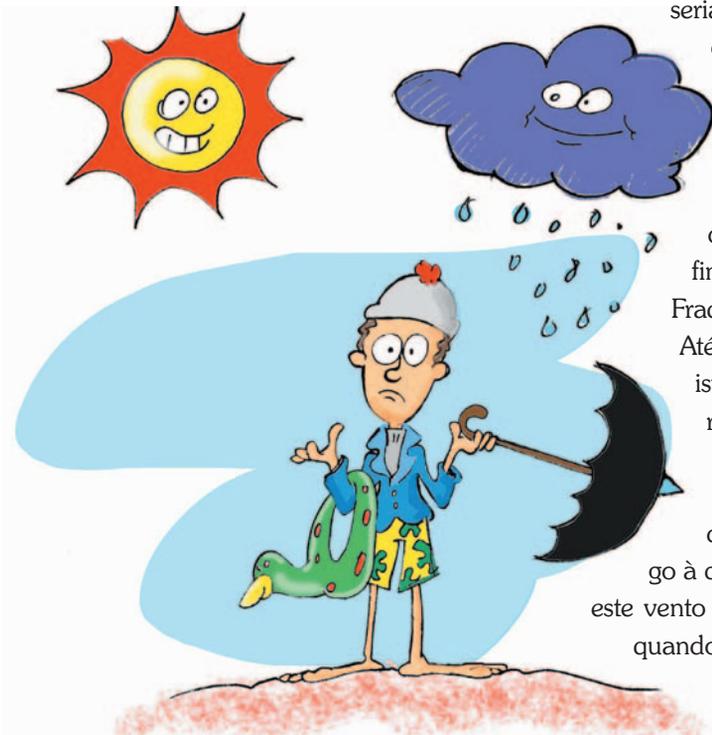
- Bom dia, Dona Vera. Dia frio este, não? Ao que ela responde de mau-humor.
- Bom dia, nada! Com um frio miserável destes parece até que estamos no Ártico.
- É a frente fria anunciada pela TV, digo. E ela, de forma didática:
- Esta não é do Uruguai. É da Argentina, da Patagônia.
- Como a senhora sabe a diferença?
- As da Patagônia são ainda mais frias e úmidas. E continua. Além do frio, aumenta a umidade relativa *no ar*, e não *do ar* como dizem no rádio, acrescenta.

Após encerrar a primeira aula do dia, pega o elevador soltando as suas famosas baforadas. Evito descer com ela, evitando assim tornar-me, já de manhã, mais um fumante passivo. Dias depois, enquanto pratico a minha caminhada diária, encontro outro entendido em frente fria. Trata-se do Carlão, intelectual de botequim. Ele é um daqueles que não perde uma previsão do tempo, vive com o rádio e a TV ligada, maníaco por meteorologia. Ao me ver ele vai logo dizendo:

- Viu o noticiário da noite passada? O satélite mostrou que teremos frente fria no final de semana. Digo-lhe que novidade seria ao contrário, ou seja, frio durante a semana e sol no sábado e domingo. Sábio, ele ensina:

- As frentes frias são uma retaliação dos argentinos que não ganham uma no Mercosul e no futebol. Ante meu espanto, ele explica:

- Eles não aceitam que mandemos no Mercosul e no futebol do continente. Por isso eles mandam frio para nós, e somente nos finais de semana. Assim, não tem praia por aqui. E o futebol? Fraquinho, fraquinho. Não observou o campeonato brasileiro atual? Até o nosso Tupi Futebol Clube faria bonito neste campeonato. Dito isto, sai de forma rápida, retornando a sua caminhada. Enquanto retomo o meu caminho, me ponho a pensar: Quando entenderão que a mudança do tempo é culpa exclusiva do homem que agride a natureza e o meio ambiente, desmatamento, mudança na direção dos ventos, culpa do chamado progresso. Finalmente, chego à conclusão de que tão desregulado quanto a cabeça do Carlão é este vento batendo em meu rosto, gelando o meu nariz. Por falar nisso, quando é mesmo que chegará o verão?



José Geraldo Tavares

Servidor da Subseção de Juiz de Fora (aposentado)

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais - Secbe Quadro II

Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefícios (Dados até 31/07/04)

R\$ 1,00

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
I - Despesas Área Social			
1 - Auxílio Alimentação	16.032.728,00		16.032.728,00
2 - Creche	2.628.138,00		2.628.138,00
3 - Auxílio Transporte	328.753,00		328.753,00
4 - Programa Qualidade de Vida		68.170,28	68.170,28
Subtotal I	18.989.619,00	68.170,28	19.057.789,28
II - Despesas Médicas			
1 - Consultas	1.042.128,55	923.101,82	1.965.230,37
2 - Exames Laboratoriais	607.842,89	538.419,12	1.146.262,01
3 - Exames Radiológicos	559.246,31	495.372,92	1.054.619,23
4 - Internações	2.161.390,58	1.914.530,94	4.075.921,52
5 - Psicologia	348.661,15	308.839,40	657.500,55
6 - TFD	-	51.133,43	51.133,43
7 - Outras	1.500.322,87	1.328.965,98	2.829.288,85
Subtotal II	6.219.592,35	5.560.363,61	11.779.955,96
III - Despesas Odontológicas			
1 - Dentisteria	438.911,93	388.782,34	827.694,27
2 - Prótese Dentária	529.162,72	468.725,28	997.888,00
3 - Periodontia	125.734,00	111.373,50	237.107,50
4 - Radiologia	101.821,40	90.192,04	192.013,44
5 - Endodontia	70.966,43	62.861,12	133.827,55
6 - Outras	227.555,40	201.565,53	429.120,93
Subtotal III	1.494.151,88	1.323.499,81	2.817.651,69
IV - Despesas Área Administrativa			
1 - Fenaserjus	-	1.354.949,31	1.354.949,31
2 - Seguro de Vida	-	179.863,94	179.863,94
3 - Passagens e Hospedagem	-	51.532,51	51.532,51
4 - Outras	-	314.935,00	314.935,00
Subtotal IV	-	1.901.280,76	1.901.280,76
Total Geral	26.703.363,23	8.853.314,46	35.556.677,69

Fonte: DIVAF e SEPLA

obs:

Outras médicas: fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirurgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras odontológicas: consulta, odontopediatria, cirurgia, prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.

Quadro I Demonstrativo de receitas e despesas (2004)

R\$ 1,00

MÊS	UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS							
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	RECEITAS				DESPESAS	SALDO	
						CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTOS	OUTRAS			TOTAL
Saldo Dez/03		770.020,00		770.020,00						7.705.714,48		7.705.714,48
jan/04	770.020,00	15.963.000,00	313.635,00	16.419.385,00	7.705.714,48	1.413.658,52	50.840,89	111.262,88	50.979,63	1.626.741,92	779.787,53	8.552.668,87
fev/04	16.419.385,00		369.058,00	16.050.327,00	8.552.668,87	1.412.537,42	53.987,60	91.965,62	30.941,44	1.589.432,08	1.280.711,80	8.861.389,15
mar/04	16.050.327,00		1.038.030,00	15.012.297,00	8.861.389,15	1.377.931,29	66.706,03	92.103,70	109.081,12	1.645.822,14	2.024.414,48	8.482.796,81
abr/04	15.012.297,00		561.007,00	14.451.290,00	8.482.796,81	1.388.281,71	73.089,73	100.904,56	140.382,83	1.702.658,83	1.225.495,84	8.959.959,80
mai/04	14.451.290,00		1.241.920,00	13.209.370,00	8.959.959,80	1.429.017,13	69.507,93	101.169,71	182.205,18	1.781.899,95	1.518.110,08	9.223.749,67
jun/04	13.209.370,00		2.080.488,00	11.128.882,00	9.223.749,67	1.394.425,34	70.507,05	106.734,82	67.683,35	1.639.350,56	1.090.881,10	9.772.219,13
jul/04	11.128.882,00		2.109.602,00	9.019.280,00	9.772.219,13	1.411.112,58	85.488,56	110.075,78	88.393,79	1.695.070,71	933.913,63	10.533.376,21
ago/04	9.019.280,00		1.561.034,00	7.458.246,00	10.533.376,21	1.401.535,42	81.156,99	129.705,25	70.246,22	1.682.643,88	1.039.616,22	11.176.403,87
set/04				-								-
out/04				-								-
nov/04				-								-
dez/04				-								-
TOTAL 2004		16.733.020,00	9.274.774,00	7.458.246,00		11.228.499,41	551.284,78	843.922,32	739.913,56	21.069.334,55	9.892.930,68	11.176.403,87

FONTE: Recursos União - SEPLA; Recursos Próprios - DIVAF.

Obs 1: O "Saldo de Dez/03" corresponde ao saldo em 31/12.

Obs 2: Recursos Próprios: "Rendimentos" = Aplicações em CDB e Fundos; Outras = Seguro de Vida, Devolução de DOC's, Patrocinios, etc...

Obs 3: As despesas da União não incluem o Auxílio Alimentação, Creche e Auxílio Transporte.



Bem-me-quer

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

Um doce vício

A vontade de comer um chocolate não passa com outro doce. Poucas pessoas sabem que o consumo exagerado do chocolate pode levar a um problema mais sério que os quilos extras na balança: a dependência.

O chocolate vicia de verdade. E não é apenas pelo seu delicioso sabor. Mas, principalmente, pelas substâncias que contém e que levam o organismo à criação da dependência. Pesquisas científicas demonstram que existem mais de 300 substâncias diferentes no chocolate. Entre elas estão as xantinas, responsáveis pelo surgimento das sensações de bem-estar, relaxamento e ânimo logo depois da ingestão de um pedaço de chocolate. Também estão presentes os carboidratos e as gorduras, que interferem diretamente na produção de serotonina e endorfina — substâncias que também provocam prazer e alegria. O problema é que todo esse ânimo é temporário, levando a pessoa, a seguir, a um estado de depressão e desânimo. “Para ficar bem de novo, a pessoa vai comer mais chocolate. É aí que o vício se estabelece”, explica o presidente da Associação Psiquiátrica de Brasília e especialista em tratamento de compulsões, Antônio Geraldo.

O LADO AMARGO DO VÍCIO

- ♦ Causa insônia, prejudica as capacidades ligadas à habilidade aritmética e ao sincronismo e causa dependência física.
- ♦ Age sobre os rins, causando a diurese (aumento no volume de urina).
- ♦ Provoca taquicardia (aceleração do ritmo cardíaco).
- ♦ Agrava os quadros de úlcera e gastrite, pois estimula a produção de ácidos e pepsinas;
- ♦ Aumenta a capacidade para o trabalho. Mas, em contrapartida, provoca perda de eficiência e queda de produção nas atividades.



COMO SUPERAR O VÍCIO

- ♦ O primeiro passo para interromper o círculo vicioso é combater os momentos de *craving* — vontade ou busca ansiosa por uma substância qualquer. A pessoa deve conscientizar-se de que seu corpo reclama falta de determinadas substâncias presentes no chocolate. ♦ Como em qualquer vício, é preciso desviar a atenção da vontade e do desejo de comer chocolate com a ajuda de outras atividades, como praticar esportes, ler, passear com os amigos, beber muita água e alimentar-se de forma saudável.
- ♦ Atenção para não cair nas armadilhas das propagandas desses produtos. Tenha cuidado principalmente com as subliminares, em que aparecem artistas devorando chocolates numa novela, por exemplo.



MITOS E VERDADES

Amendoim e chocolate causam espinhas

Mito – Não é comum ver senhoras de meia-idade com espinhas porque comeram muito chocolate e amendoim. Acontece que dietas ricas em gordura favorecem o aumento da produção de sebo pelas glândulas sebáceas. Amendoim e chocolate são alimentos gordurosos, mas não são eles a causa de espinhas.



Suco de laranja e berinjela emagrece e combate o colesterol

Verdade – E não apenas a laranja e berinjela, mas todos os legumes e frutas ajudam a diminuir a absorção de gordura e colesterol dos alimentos. Porém, não o suficiente para substituir e dispensar os remédios.



Dicas Culturais

CD e DVD: *Elis & Tom - CD + DVD Áudio*

Artista: Elis Regina e Tom Jobim

Gênero: MPB

Gravadora: Trama



Sinopse:

A nova edição do clássico “Elis e Tom”, de 1974, foi produzida por César Camargo Mariano, responsável pela co-produção, pelos pianos e por quase todos os arranjos da versão original do álbum. O relançamento celebra os 30 anos do disco e foi inteiramente desenvolvido para manter-se o mais próximo possível do álbum de 74. César Camargo

Mariano chegou a utilizar desenhos das posições dos instrumentos utilizados na gravação de Elis e Tom para preservar a fidelidade ao disco original. Até mesmo alguns diálogos dos cantores e barulhos de estúdio foram mantidos para preservar a riqueza do som ambiente. O DVD apresenta os áudios das gravações e as letras das músicas.

Listas de Músicas

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------------------------|
| 1. Águas de Março | 10. Por Toda a Minha Vida (Exaltação Ao Amor) |
| 2. Pois É | 11. Fotografia |
| 3. 3. Só Tinha de Ser com Você | 12. Soneto de Separação |
| 4. Modinha | 13. Chovendo na Roseira |
| 5. Triste | 14. Inútil Paisagem |
| 6. Corcovado | 15. Fotografia (Versão Alternativa)- Faixa Bônus |
| 7. O Que Tinha de Ser | 16. Bonita - Faixa Bônus |
| 8. Retrato em Branco e Preto | |
| 9. Brigas, Nunca Mais | |

Site: www.cinema.art.br

Cinema em Cena é o nome do site brasileiro que traz para o internauta tudo sobre a sétima arte. Não importa qual seja o filme; há espaço para curtas e longas-metragens. Das pequenas às megaproduções “hollywoodianas”, tudo é catalogado e exposto aos cinéfilos ou, é claro, àqueles que não são tão cinéfilos assim. Vale a pena conferir!

Livro: O Rapto – Os Últimos Dias da Igreja na Terra

Autor: Rui Raiol

Sinopse:

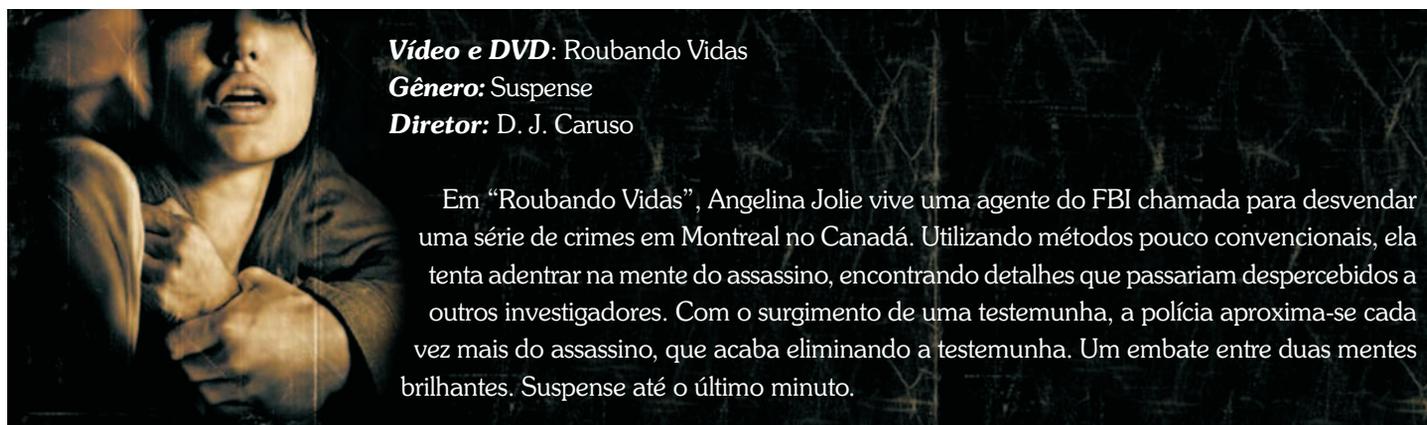
“O Rapto – Os Últimos Dias da Igreja na Terra” é uma ficção que trata sobre um dos mais fascinantes e intrigantes temas bíblicos: a volta repentina de Cristo para resgatar os cristãos da Terra antes que o mundo mergulhe no caos.

A história se passa em Antar, grande metrópole onde está instalada a Igreja de Deus, que se tornou um império, pregando a Teologia da Prosperidade, e que passa a ter muitos problemas com a chegada de um novo pastor, o protagonista da história, Pedro Lambergue. Com o intuito de ensinar a doutrina do Arrebatamento, o novo líder bate de frente com a administração corrompida da instituição e chega a sofrer um atentado.

Após três anos de pregação, cumpre-se o anunciado: Cristo retorna e, misteriosamente, milhões de pessoas somem do Planeta.

Rui Raiol é servidor da Justiça Federal e atua como oficial-de-gabinete da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Pará.

Para essa obra e outras já publicadas, entre no site www.rui Raiol.com.br.



Vídeo e DVD: Roubando Vidas

Gênero: Suspense

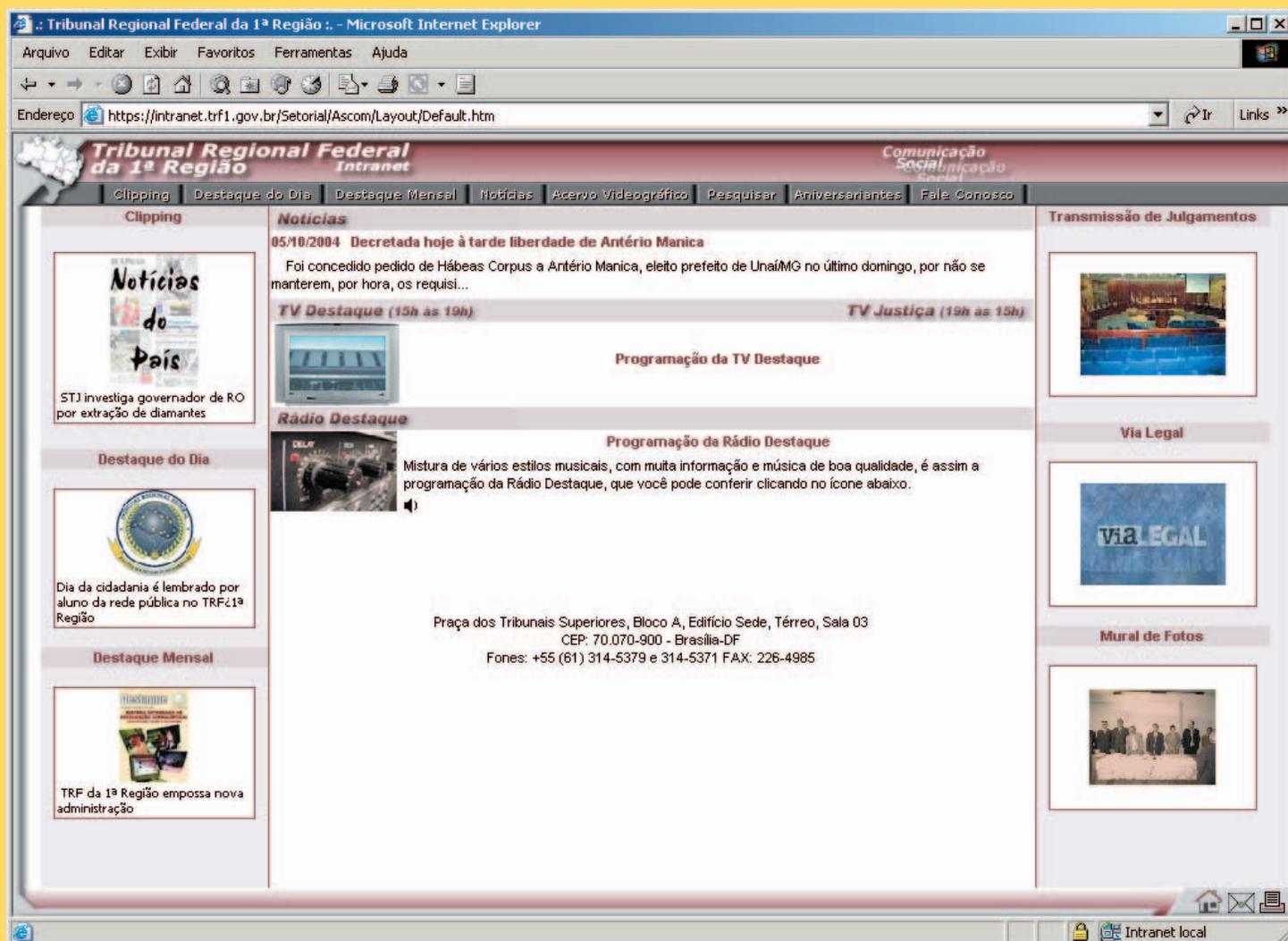
Diretor: D. J. Caruso

Em “Roubando Vidas”, Angelina Jolie vive uma agente do FBI chamada para desvendar uma série de crimes em Montreal no Canadá. Utilizando métodos pouco convencionais, ela tenta adentrar na mente do assassino, encontrando detalhes que passariam despercebidos a outros investigadores. Com o surgimento de uma testemunha, a polícia aproxima-se cada vez mais do assassino, que acaba eliminando a testemunha. Um embate entre duas mentes brilhantes. Suspense até o último minuto.

Notícias

Música

Divulgação



Quer saber das principais notícias, se divertir ouvindo música e ainda assistir aos julgamentos do dia?

Acesse a página da Assessoria de Comunicação Social do TRF na Intranet

Ascom

Aprimorando a Comunicação no TRF-1ª Região